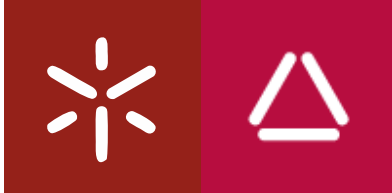




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Paula Filipa Moura Freire

Atleta: substantivo feminino



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Paula Filipa Moura Freire

Atleta: substantivo feminino

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Área de Especialização em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Maria Brandão

Agradecimentos

Este ano foi marcado por um período de mudanças. Este projeto foi desenvolvido no meio de turbulências advindas a estas, no entanto, apresenta-se fruto de muito trabalho, dedicação e sobretudo crescimento a nível pessoal. Como tal, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas envolvidas nele.

Assim, antes de mais, devo mostrar todo o meu apreço pelo apoio que me foi dado pela minha orientadora, a Professora Doutora Ana Maria Brandão. Agradeço em primeiro lugar, por toda a sua disponibilidade na orientação deste estudo, evidenciando e disponibilizando sempre o seu sábio conhecimento. Mas, agradeço ainda mais todo o seu apoio, compreensão e, sobretudo, paciência, muita paciência. Existem escolhas que nos fazem crescer e esta, sem dúvida, foi aquela que mais contribuiu para o meu desenvolvimento não apenas profissional, mas sobretudo pessoal. O seu exemplar profissionalismo e humanismo serão sempre para mim uma referência. Obrigada por me aceitar de volta.

Agradeço também aos meus pais, Filomena e Paulo, não apenas pelas oportunidades que me proporcionam a nível educacional, mas sobretudo pela total confiança e apoio que depositaram em mim. Agradeço-lhes a compreensão das minhas inúmeras ausências e constante apoio nos momentos mais difíceis. Espero nunca os desiludir, tudo o que faço e, especialmente, quem sou é nesse sentido.

Não podia deixar de referir as minhas meninas, Cláudia Martins e Bárbara Guimarães. Cláudia, apenas te digo, “daqui até à lua, e da lua até aqui!”. Obrigada por seres a melhor afilhada e a melhor amiga que alguém pode ter. Bárbara, obrigada por perceberes tão bem e acompanhares o meu sentido de humor um pouco bizarro, mas, sobretudo, por me perceberes. Não podia estar mais satisfeita com este legado.

A ti, Sara Almeida, por não seres apenas mais um pedido e uma carta que cai no esquecimento. Agradeço-te por não seres apenas mais uma tradição académica e por fazeres parte de todas as minhas recordações académicas, mas, sobretudo, pelas extracurriculares. Apesar da ausência, continuas a ser uma presença constante na minha vida. Não podia ter mais orgulho em ser “Mini-Me”.

À Tânia Machado, obrigada por me deixares insultar-te sempre que precisava. Mas sobretudo, obrigada pelas nossas conversas, que, apesar de parvas, foram muito úteis e tu sabes.

Não podia deixar de agradecer às “meninas” da secretaria e do Conselho Pedagógico. Uma palavra especial à Susana, Martinha, Ana e Sofia, não por me resolverem os problemas logísticos, mas por sempre me apoiarem e não me deixarem desistir. Nunca serão esquecidas.

A todos os meus amigos, sei que nos últimos meses fui insuportável, chata e resmungona, pelo menos mais do que o normal. Obrigada a todos os que permaneceram, mas sobretudo aos que se foram embora, fizeram-me crescer.

À Ellen, que mais que toda a “gente” nunca me abandonou, obrigada por seres a melhor companheira nos bons, nos maus momentos e até naqueles em que não te levei à rua.

Por último, um obrigado à Melhor Academia do País, Universidade do Minho, pois sem ela, nenhum agradecimento faria sentido.

Atleta: substantivo feminino

Resumo:

Este trabalho discute a situação da mulher no desporto e tem como principal objetivo analisar como são representadas as atletas nos meios de comunicação social. Um dos setores que exerce uma influência fundamental no imaginário social é o da comunicação social. Os meios de comunicação social são responsáveis não só pela divulgação, mas também pelo desenvolvimento do desporto. Eles criam e moldam perceções, comportamentos e sentimentos. Alguns estudos têm demonstrado que, no que diz respeito à cobertura desportiva, os meios de comunicação tendem a retratar o desporto como uma área essencialmente masculina, associada à virilidade. No imaginário social coletivo, as conquistas desportivas estão fortemente associadas à velocidade, à força, à resistência e à competição, ou seja, à masculinidade hegemónica. Esta estreita ligação entre desporto e masculinidade advém de um raciocínio assente num determinismo biológico que associa a masculinidade ao homem e o homem ao desporto. Este tipo de suposição tem como consequência a ideia de que os homens que não se interessam por desporto possam ser considerados efeminados ou homossexuais e que as mulheres que o fazem possam ser vistas como másculas ou lésbicas. Estes estereótipos dificultam a prática de atividades que não se apresentem como “características” do género do indivíduo com receio de ser excluído socialmente e rotulado no que diz respeito à sua sexualidade. A disposição feminina para a atividade desportiva é, em especial, limitada pela ideia de que certas modalidades podem comprometer a sua feminilidade, resultando em agressividade e “excesso” de músculos. Os resultados desta investigação mostram que os meios de comunicação parecem, ainda, ter dificuldade em considerar a mulher como atleta, visível numa tendência geral para a representar, em primeiro lugar, como “mulher”, contrariamente ao que acontece com os atletas do sexo masculino, que são reconhecidos automaticamente como atletas. Além disso, os meios de comunicação social mostram também uma tendência para referir certas qualidades das atletas que se associam ao género normativo e que reforçam a dominação masculina.

Palavras-chave: desporto; género; mulheres; representações; meios de comunicação social.

Athlete: female noun

Abstract:

This study focuses on women and sports. Its primary goal was to analyse how are women athletes represented in mass media. Mass media holds a tremendous influence on the social imaginary. They are responsible not only for the marketing of sports but also for their development. They create and shape perceptions, behaviours and sentiments. When it comes to media coverage, some studies show that social media tend to treat sports as an essentially male area, associated with virility. In collective imagination, sports achievements are strongly tied to speed, strength, resistance and competition, which are all features of hegemonic masculinity. This close link between sports and masculinity rests on a biological determinism that associates masculinity to men and men to sports. This kind of assumption, on its turn, leads to the idea that men who are not interested in sports may be effeminate or homosexual and women who do may be seen as masculine or lesbian. Such stereotypes make it difficult for individuals practice activities that are not seen as “characteristic” of their gender due to the threat of social exclusion or sexual labelling. Women’s disposition for sports is especially moulded by the idea that some of these can compromise their femininity since they result in aggressiveness and “too many” muscles. The results of this investigation show that mass media continue to struggle when it comes to portraying women athletes. In fact, they tend to represent them first as “women” unlike male athletes who are immediately recognised as athletes. More than this, social media tend to highlight certain qualities of female athletes that bound them to normative gender thus reinforcing male domination.

Keywords: sports; gender; women; representations; mass media.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Corpo, sexo e género	7
1.1. Sexo e género	7
1.2. Representações sociais: masculinidades e feminilidades	11
1.3. O corpo como objeto teórico	13
1.3.1. O corpo feminino	16
Capítulo 2. A evolução da mulher/atleta nos Jogos Olímpicos.....	23
2.1. Os Jogos Olímpicos da Era Moderna e a mulher	23
2.2. A mulher e a entrada no desporto: o caso português.....	28
2.3. A participação de Portugal nos Jogos Olímpicos	30
Capítulo 3. Os meios de comunicação social	33
3.1. Os meios de comunicação social e as representações de género.....	33
3.2. A desigualdade de género nos meios de comunicação social	37
Capítulo 4. Metodologia.....	39
Capítulo 5. O género do desporto.....	45
5.1. A representação dos atletas nos jornais “O Jogo” e “Record”	46
5.2. Análise das imagens: a representação dos atletas nos jornais “O Jogo” e “Record”	53
5.3. Sou atleta, sou mulher! Algum problema?	58
5.4. A Mítica Lésbica vs a Bela Musa.....	62
Conclusão.....	71
Bibliografia	77
Anexos.....	85
Anexo 1. Lista de categorias e subcategorias de análise	87
Anexo 2. Tabela de dados do Jornal “O Jogo”	89
Anexo 3. Tabela de dados do Jornal “Record”	91

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Percentagem de Atletas por Género nos Jogos Olímpicos 2016.....	47
Gráfico 2. Percentagem Total de Notícias.....	49
Gráfico 3. Percentagem de Notícias por Jornal	50
Gráfico 4. Percentagem de Notícias Dias Analisados – “O Jogo”	51
Gráfico 5. Percentagem de Notícias Dias Analisados – “Record”	51
Gráfico 6. Percentagem de Notícias Dia 9 de agosto – “Record”	52
Gráfico 7. Percentagem Total de Imagens.....	53
Gráfico 8. Percentagem de Imagens por Jornal.....	54
Gráfico 9. Percentagem de Imagens Dias Analisados – “O Jogo”	55
Gráfico 10. Percentagem de Imagens Dias Analisados – “Record”	56
Gráfico 11. Percentagem de Imagens Dia 9 de Agosto – “Record”	57

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo de Análise	39
Figura 2. “Casamento de Hosszu dá ouro e recorde” – “Record”, 8 de agosto.....	61
Figura 3. “O Rio foi deles” – “O Jogo”, 23 de agosto.....	63
Figura 4. “Está quentinho no Rio e a culpa é destas beldades” – “Record”, 18 de agosto	64
Figura 5. “800m de que género” – “Record”, 22 de agosto	66
Figura 6. “Nicole Beck e sua filha, Sophie, beijam a medalha de ouro da competição do rúgbi feminino” – “O Jogo”, 17 de agosto	68

Introdução

“Pareces uma menina a jogar!”. Esta frase foi a principal motivação desta investigação. Foi a frase que, por diversas vezes, ecoou nos pavilhões desportivos onde me encontrava enquanto atleta. Foi a frase que tanto eu, como as minhas colegas de equipa proferimos várias vezes para demonstrar descontentamento relativamente ao nosso desempenho desportivo. Nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, 45% do total de atletas participantes eram mulheres. Foi a maior percentagem de atletas do sexo feminino registada, até hoje, nos Jogos. Desde a Grécia Antiga, altura em que apenas os homens podiam participar nesta competição, até hoje, a mulher percorreu um longo caminho no que diz respeito à igualdade e à participação no mundo desportivo. Contudo, se a proporção de mulheres que pratica desporto é cada vez maior, se existem cada vez mais atletas do sexo feminino a participar em competições tão expressivas como os Jogos Olímpicos, por que é que a frase “Pareces uma menina a jogar!” continua a traduzir uma avaliação pejorativa? Assim, nos Jogos Olímpicos, mas também noutras competições desportivas, será que estamos a caminhar para uma integração plena da mulher como atleta ou trata-se apenas de um aumento em termos numéricos? Apesar de o número de mulheres que pratica desporto ser cada vez maior, serão as atletas alvo do mesmo tipo de tratamento que os seus colegas do sexo masculino? Estes foram os objetivos principais desta investigação: que visou perceber de que forma são representadas, nos meios de comunicação social, as mulheres que praticam desporto. Os meios de comunicação social foram o suporte escolhido para analisar essas representações devido ao seu importante poder de socialização, à sua forte influência sobre todos os domínios da vida social, mas também à sua estreita ligação com o mundo desportivo.

No Capítulo 1, começamos por nos centrar na ligação entre corpo, sexo e género. Aqui, defendemos que o corpo não se apresenta como algo “natural”, universal e imutável. O seu desenvolvimento e a forma como é encarado sofrem influência da cultura e do período histórico em questão. O corpo apresenta marcas da sociedade em que o indivíduo se encontra inserido. Ele é, nesse sentido, uma construção social, que se baseia no tempo, no espaço e no grupo de que o indivíduo faz parte. Essa construção tem na sua base o processo de socialização, através do qual aprendemos a comportar-nos em determinada sociedade através da influência de agências como a escola, a família ou os meios de comunicação social. Começamos por discutir a diferença entre sexo e género,

conceitos que são, muitas vezes, utilizados de forma indiferenciada. Discutimos a importância do corpo para a identidade género. O género é aqui entendido como o conjunto das diferenças culturalmente construídas entre homens e mulheres, que estruturam as definições de masculinidade e de feminilidade. Já o sexo refere-se à identidade biológica do indivíduo, mas pressupõe, por norma, um padrão de expectativas de género, que não corresponde, necessariamente, à identidade de género reclamada pelo indivíduo.

O conceito de representação é central nesta dissertação, uma vez que está relacionado com esse conjunto de crenças, de ideias partilhadas, de valores relativos ao género, que servem como simplificações úteis para lidar com a complexidade e a diversidade do mundo social, mas que também funcionam como formas de criação de uma feminilidade e de uma masculinidade hegemónicas, isto é, de modelos dominantes do feminino e do masculino. Damos especial destaque às representações da feminilidade hegemónica e às crenças que se encontram subjacentes a esta, como é o caso da associação das mulheres ao espaço doméstico e privado, que apenas são reconhecidas através da sua associação, em primeiro lugar, ao pai e, posteriormente, ao marido. Associados ao feminino e, conseqüentemente à mulher, encontramos atributos como a fragilidade, a sensibilidade e o recato, definições que consideramos, no mínimo, redutoras das identidades feminina, mas não só.

O Capítulo 2 apresenta uma breve contextualização da criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e da evolução da participação da mulher no desporto e nos Jogos. Durante muito tempo, à mulher, não foi permitido entrar em recintos desportivos por razões de “decência” e etiqueta. Na Grécia Antiga, o motivo alegado para as mulheres casadas não participarem, nem assistirem, aos Jogos Olímpicos, era o de que o *stadium* estava situado num local íngreme e de difícil acesso, que poderia causar-lhes problemas fisiológicos. Para que o desporto fosse mantido como um domínio exclusivamente masculino, outros mitos foram surgindo ao longo dos tempos. Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, as mulheres participaram apenas como espectadoras. A primeira participação de atletas do sexo feminino teve lugar apenas em 1900, no Jogos de Paris. Passado um século desde a primeira participação de atletas do sexo feminino nos Jogos Olímpicos, elas continuam a ter dificuldades em se inserir no campo desportivo. Este continua a ser dominado pelos atletas homens e as mulheres continuam a ter dificuldades em ser “levadas a sério” quando se definem como atletas.

No caso português, a entrada da Mulher no mundo desportivo apenas se deu com a Mocidade Portuguesa Feminina, que nasceu com o objetivo de criar a “nova mulher portuguesa”, uma mulher que fosse boa esposa, boa mãe, boa doméstica, boa cristã, boa cidadã e sempre pronta a contribuir para o bem comum. A participação desportiva das atletas portuguesas ainda se apresentou mais tardia, nos Jogos Olímpicos de Helsínquia, em 1952, 56 anos após a criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

No capítulo 3, centramo-nos na relação entre os meios de comunicação social, o desporto e as representações do feminino. Os meios de comunicação social são uma poderosa agência de socialização, exercendo uma forte influência sobre todos os domínios da vida social. Eles contribuem para a formação e transmissão de valores e de opiniões, moldam as perceções, os comportamentos, as atitudes e os sentimentos dos indivíduos. Neste sentido, pareceu-nos pertinente perceber se a forma como as mulheres são aí representadas continua a assentar na ideia de que o homem está mais habilitado do que a mulher para a prática desportiva. No imaginário coletivo, as conquistas desportivas estão fortemente associadas à velocidade, à força, à resistência e à competição, características habitualmente atribuídas ao homem. A disposição feminina para a atividade desportiva é, em especial, limitada pela ideia de que certas modalidades podem comprometer a sua feminilidade. Certas condições, como o esforço físico, o suor, os músculos e os gestos agressivos do corpo, são necessárias na prática desportiva, mas opõem-se à feminilidade normativa que é caracterizada por gestos que se pretendem suaves, delicados, controlados e passivos. Neste sentido, o ideal desportivo apresenta-se contraditório face ao ideal dominante de feminilidade. A mulher que pratica desporto enfrenta, assim, a necessidade de romper barreiras assentes em pressupostos biologistas do género, que as consideram inferiores aos homens na prática desportiva. Por outro lado, caso as atletas optem por tentar “controlar” o seu desenvolvimento muscular ou valorizar a beleza e a sensualidade, tende a ocorrer uma “coisificação” da mulher e a sua transformação num produto da sua própria condição física pelos meios de comunicação social. Neste caso, a mulher, deixa de ser considerada, em primeiro lugar, como atleta e passa a ser retratada como “a bela musa”.

A nossa metodologia de investigação é apresentada no Capítulo 4. Como já foi referido, o objetivo principal desta pesquisa era perceber de que forma são representadas as mulheres que praticam desporto nos meios de comunicação social. Para o efeito, realizámos uma análise de conteúdo dos jornais desportivos “*Record*” e “*O Jogo*”. Estes

jornais foram escolhidos por serem os jornais desportivos que, em Portugal, apresentam o maior número de vendas.

Esta pesquisa é um estudo de caso. Os estudos de caso qualitativos proporcionam um melhor entendimento sobre assuntos complexos e podem adicionar informação valiosa àquilo que já sabemos. Este método facilita a exploração de um fenómeno no seu contexto, podendo ser usado para fornecer descrições, testar teorias ou, até, gerar teorias novas. Pretendemos, nesta pesquisa, seguir um caminho metodológico que combinasse as vertentes qualitativa e quantitativa. Para isso, usámos como técnica principal a análise de conteúdo de recortes da imprensa escrita. Focámo-nos na análise de imagens e notícias de homens e mulheres atletas publicadas nos jornais desportivos com o intuito de comparar o número de imagens e notícias publicadas de atletas do sexo feminino relativamente ao número de imagens e notícias de atletas do sexo masculino, através da análise de frequências simples. Estes dados deram-nos informações relativamente a um dos objetivos propostos, pois pretendíamos saber se, de facto, nos meios de comunicação e, em especial na imprensa portuguesa, davam maior destaque aos desportos masculinos do que aos desportos femininos. Além disso, realizámos também uma análise de conteúdo temática de recortes de imprensa com o objetivo de identificar e descrever a forma como as mulheres atletas são representadas nos meios de comunicação social.

O Capítulo 5 é referente à análise de dados. Começamos por apresentar a nossa análise quantitativa, nomeadamente a relação entre o número de notícias e imagens de atletas dos sexos feminino e masculino. No que diz respeito à análise quantitativa, foram recolhidas todas as notícias referentes aos Jogos Olímpicos nos jornais analisados entre os dias 3 e 22 de agosto de 2016, período em que decorreram os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Verificamos que, apesar de a percentagem de mulheres que pratica desporto ser cada vez maior, a percentagem de notícias e imagens nos jornais que se referem a atletas ou modalidade do sexo feminino continua a ser ainda bastante reduzida quando comparadas com as notícias relativas a atletas e modalidades do sexo masculino. Esta análise permitiu-nos responder a uma das perguntas feitas nesta investigação, onde nos interrogávamos se, apesar de a mulher estar a caminhar num sentido cada vez mais próximo da igualdade numérica no espaço desportivo, esta tendência de igualdade se verifica quando observamos o destaque dados a atletas de ambos os sexos nos meios de comunicação social. No que diz respeito à análise temática, verificámos que os jornais desportivos, para além de darem especial atenção à vida privada das atletas, como é o

caso dos seus relacionamentos amorosos, parecem dar, também, mais atenção aos companheiros (homens) das atletas do que a estas. Apesar de ser a atleta a competir e a conquistar um certo estatuto, como o de campeã, na modalidade em questão, é dada ênfase à contribuição do parceiro homem, como se a glória da atleta não fosse possível sem a intervenção deste. Para além desta associação da atleta ao companheiro, é dado também destaque especial à maternidade. A maternidade é entendida como aspeto fulcral da feminilidade e da identidade feminina e os meios de comunicação social reforçam esta ideia. Associada à imagem da mulher enquanto companheira e mãe, são também inúmeras as referências ao seu corpo. Os meios de comunicação social enfatizam a boa forma física das atletas e o facto de serem magras, altas e com corpos definidos. São também sublinhados certos cuidados com o corpo e a imagem, como é o caso do uso de maquilhagem ou a preocupação com o vestuário.

Em suma, o desporto parece continuar a ser encarado como uma atividade para homens, homens que tenham músculos, força, rapidez e destreza, um modelo contraditório face ideal de feminilidade, que faz com que a mulher que pratica desporto tenha dificuldades em conseguir conciliar ambos. Ao enquadrarem-se no modelo do atleta, as atletas do sexo feminino afastam-se da feminilidade normativa. Neste sentido, quando olhamos para as questões que nos levaram à realização desta investigação, podemos afirmar que apesar de a mulher estar cada vez mais presente no mundo desportivo, essa presença, por si só, não significa que seja tratada em pé de igualdade face aos atletas homens. A mulher conseguiu aceder à prática desportiva e à participação em competições como os Jogos Olímpicos, mas a sua identidade de atleta continua a ser colocada em segundo plano face à sua identidade enquanto mulher. São ainda vários os problemas que as mulheres encontram quando tentam alcançar a excelência no mundo do desporto. Se, por um lado, se enquadram no padrão do atleta, afastam-se, por outro, da feminilidade normativa, podendo mesmo ver a sua identidade de género questionada. Se optam por se conformar com este padrão, sujeitam-se a ser objetificadas e desvalorizadas como atletas pelos meios de comunicação social.

É verdade que existem cada vez mais mulheres a praticar desporto. Também é verdade que cada vez mais atletas profissionais alcançam a excelência em competições como os Jogos Olímpicos, mas parece que, socialmente, a mulher continua a ser vista apenas como “uma menina a jogar”.

Capítulo 1. Corpo, sexo e género

O corpo não se apresenta como algo “natural”, universal e imutável. O seu desenvolvimento e a forma como é encarado sofrem influência da cultura e do período histórico em questão. Deste modo, o corpo apresenta marcas da sociedade em que o indivíduo se encontra inserido. Nesse sentido, o corpo é uma construção com marcas ligadas ao tempo, espaço e grupo de pertença (Goellner, 2003b). Ele apresenta-se como suporte da identidade, adquirindo diferentes sentidos, autorizações, obrigações, limitações e possibilidades de envolvimento com o mundo social, sendo redutor olhá-lo apenas através da sua condição física e/ou biológica (idem). É aqui discutida a importância do corpo, especialmente a forma como este se torna central para a feminilidade normativa.

1.1. Sexo e género

Desde muito pequenos, os indivíduos recebem mensagens de que, no mundo, existem coisas “de meninos” e outras “de meninas” de acordo com certas representações do género. De acordo com Andersen (1997: 61), as crianças, provavelmente, serão repreendidas caso executem uma atividade que não corresponde ao seu género, uma vez que as representações do género são quotidianamente construídas e reafirmadas. Nas sociedades ocidentais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, as representações do género passaram por transformações, sobretudo devido ao movimento feminista. Contudo, algumas dessas representações, consolidadas por séculos, continuam presentes.

O sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e, segundo Andersen (1997) é usado para expressar o facto de se ser “macho ou fêmea”. Aqui, fala-se do sexo biológico, que pressupõe, por norma, um padrão de expectativas de género, mas que não corresponde, necessariamente, à identidade de género. O facto de se nascer homem ou mulher (biologicamente falando) não significa que o indivíduo se sinta mulher ou homem, já que a feminilidade e a masculinidade são conceitos culturais, que têm diferentes significados e são apreendidos de formas distintas por diferentes membros de uma

cultura. Deste modo, a noção de sexo não explica a “masculinidade” ou a “feminilidade”. Aqui impõe-se um outro conceito, o de género, uma noção que diz respeito aos comportamentos e expectativas socialmente apreendidos que são associados a cada um dos dois sexos (Scott, 1995: 10).

O conceito de género ganhou força durante a década de 1980 no meio académico. Segundo Scott (1995), o termo apareceu com as feministas norte-americanas que queriam salientar o carácter social das diferenças entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico. Este determinismo, segundo as feministas, ocultava os fatores culturais da subordinação feminina, mantendo a ideia da existência de papéis distintos para homens e para mulheres. Neste sentido, como nota Connell (1990: 141), o género deve ser entendido como uma construção histórica das relações de poder entre homens e mulheres e deve contemplar definições plurais de masculinidade e feminilidade. Também Bourdieu (2011: 124) afirma que as ações e as perceções dos corpos são construídas socialmente sobre as diferenças biológicas, principalmente sobre a genitália, e naturalizadas. Como afirma Beauvoir (1967: 9) “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Esta afirmação sugere que sexo e género são categorias distintas e o conceito género é parte de uma identidade adquirida gradualmente (Butler, 1990). Ainda segundo Beauvoir (1967), nem todos os indivíduos do sexo feminino são mulheres, mas estas têm de participar da realidade da feminilidade.

Os indivíduos não necessitam de fazer nada para adquirir o seu sexo. Esta é uma classificação que a sociedade lhe atribui com base nas suas características biológicas e anatómicas. Por outras palavras, o sexo de um indivíduo é atribuído baseado no seu corpo e, em especial, nos seus genitais. Para a maioria das pessoas, o seu sexo é uma característica que permanece imutável toda a vida. Já o género apresenta-se como uma categoria menos estável. O género é uma distinção social “criada” pela sociedade (Andersen, 1997: 20).

A distinção das duas noções pretende destacar o facto de o género ser um fenómeno cultural e não biológico e necessitar da compreensão de mecanismos relacionados com as expectativas sociais associadas à feminilidade e à masculinidade. Os conceitos de género e sexo encontram-se interligados e, ao classificarmos alguém como homem ou mulher com base nos seus órgãos genitais externos (pénis e vagina, respetivamente), involuntariamente, estamos a atribuir-lhe determinados comportamentos e características. Essas diferenças, tidas como naturais, são transmitidas

e reforçadas ao longo de toda a vida. Homens e mulheres comportam-se de acordo com o que a sociedade espera do seu género e é aceite que homens e mulheres se comportem de formas distintas. Como salienta Bourdieu (1999: 56), as condutas que não reforcem as diferenças de género são desencorajadas e consideradas impróprias. Homens e mulheres tendem a ser educados de acordo com divisões arbitrárias do mundo social que sustentam essa divisão binária (idem). Segundo Andersen (1997: 22), “a cultura é, na sua essência, um padrão de expectativas acerca do que são os comportamentos apropriados e as crenças para os membros da sociedade; assim, a cultura fornece prescrições de comportamento social. A cultura diz-nos o que devemos fazer, pensar, ser e o que devemos esperar dos outros”. Desta forma, a masculinidade é ensinada aos meninos em oposição à feminilidade para as meninas. Estes comportamentos e definições estanques encontram-se associados ao conceito de “natural” e de biológico, que, em termos sociais, estão relacionados com a noção de “bom”. E é neste aspeto que as sociedades variam, pois, apesar de a diferença de género estar presente em todas elas, ela assume diferentes configurações de acordo com cada uma.

Assim, cada sociedade define o que é considerado “masculino” e feminino” e cada género tem os seus papéis. Mas o que significa ser mulher ou homem varia também dentro de uma mesma cultura ou sociedade, de acordo com a idade, a classe ou a etnia. A feminilidade e a masculinidade não são categorias homogéneas, uma vez que são vividas de forma diferente por diferentes grupos de indivíduos.

De qualquer modo, em todas as culturas conhecidas, o género apresenta-se como uma categoria central para a organização das relações culturais e sociais, apesar de as expectativas culturais específicas variarem de sociedade para sociedade e de grupo para grupo. A importância da categoria género alicerça-se no facto de os membros de uma cultura encararem os padrões culturais como adquiridos e naturais, não questionando esses modelos, que são aprendidos de tal forma que são encarados como reais, naturais e não construídos.

Ao definirmos a categoria de género como um fenómeno social (Mota-Ribeiro, 2005) e não natural, estamos a afirmar que esta categoria tem de ser aprendida e incorporada pelos indivíduos. São as instituições sociais como o Estado, a igreja, a escola e a família que transmitem os papéis mais adequados a cada um dos sexos. Esses papéis são conhecidos como papéis de género e consistem num conjunto de comportamentos,

atividades e atitudes que certa sociedade considera típicas ou apropriadas para homens e mulheres. Estas crenças generalizadas sobre o que se apresenta apropriado para cada um dos sexos constituem os estereótipos de género (Connell, 1990; Bourdieu, 1999; Giddens, 1997; Brandão, 2007). Estes referem-se a atributos pessoais, como propriedades físicas, características de personalidade e padrões de comportamento e são, essencialmente, estruturas cognitivas organizadas que facilitam a categorização e simplificação do ambiente social.

Segundo Moore (2003: 825), é nesse sentido que o termo “natural” se mostra inadequado quando se faz referência às noções de sexo e género. O género não é uma componente fixa e estática, não é apenas mais um aspeto que se tem, mas antes o que se faz. Ele é construído diariamente através da manipulação bem-sucedida de sinais, símbolos, emoções e adereços, que fazem com que o indivíduo consiga convencer os outros da aquisição bem-sucedida da masculinidade ou da feminilidade (Giddens, 1997). Com base em estudos antropológicos, Moore (2003: 829) sublinha que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, uma vez que existem diferentes formas de ser homem e de ser mulher em diferentes coletividades. Assim, “os arquétipos de masculinidade e feminilidade que assimilamos e que assumimos como nossos são os da nossa sociedade e da nossa cultura” (Brandão, 2007: 42). A realidade que atribuímos ao género acaba, assim, por assentar em construções sociais, em papéis padronizados transmitidos pelos que nos estão mais próximos.

Mas é principalmente através do processo de socialização que os indivíduos aprendem a encarar o masculino e o feminino como categorias estanques e adquirem uma identidade baseada no sexo. Uma das mais importantes dimensões do processo de socialização e da construção da identidade é a consciência de género e o modo como esta determina as práticas, interações e definições de situação. Através do processo de socialização, a identidade de género é socialmente construída, sendo concetualizada como a definição específica do “eu” de um indivíduo, baseada no seu entendimento daquilo que significa ser homem ou mulher (Connell, 1990). Existem expectativas sociais do que se apresenta como masculino e feminino, que são transmitidas ao indivíduo através da socialização de género e que encorajam determinados comportamentos e desencorajam outros, consoante o sexo. O processo de socialização começa quando o indivíduo é ainda criança. Logo na hora do nascimento, meninos e meninas são tratados de forma diferente e, assim, as expectativas de género são interiorizadas muito cedo. (Connell, 1990;

Bourdieu, 1999; Giddens, 1997; Brandão, 2007). Durante esse processo, as crianças aprendem determinados comportamentos considerados masculinos ou femininos. O processo de socialização molda os indivíduos não apenas de forma cognitiva, mas também cria uma realidade social que impõe diferenças entre homem e mulher em todos os aspetos da vida humana. Os papéis de género estão profundamente enraizados na sociedade, na política e nas instituições económicas e ajudam a moldar as desigualdades de género.

1.2. Representações sociais: masculinidades e feminilidades

Abordar a cultura e as expectativas culturais como centrais para a construção de identidades de género implica a exploração e a explicitação das representações sociais ligadas ao género. O conceito de representação é central nesta dissertação, uma vez que está relacionado com um conjunto de crenças, de ideias partilhadas, de valores relativos ao género que servem como simplificações úteis para lidar com a complexidade e diversidade do mundo social, mas que também funcionam como formas de criação de uma feminilidade e de uma masculinidade hegemónicas, isto é, de imagens acerca do feminino e do masculino, que reforçam uma ideologia dominante.

Segundo Semin (1989: 243), as representações sociais são “sistemas de valores, de ideias e de práticas” que instituem “uma ordem que permite aos indivíduos orientarem-se e dominar o seu ambiente social, facilitar, pois, a comunicação entre os membros de uma comunidade ao procurar um código para designar e classificar os diferentes aspetos do seu mundo e da sua história individual e de grupo”. Segundo Simmel (idem) as ideias ou as representações sociais são um operador que permite fixar as ações recíprocas entre uma soma de indivíduos e formar uma unidade superior. Weber (cit. in Semin, 1989: 255) descrevia-as como um saber comum com o poder de antecipar e de prescrever o comportamento dos indivíduos, de os programar: “as representações individuais têm por substrato a consciência de cada um e as representações coletivas da sociedade na sua totalidade”. Para Durkheim (1996), a representação designava uma vasta classe de formas, opiniões e saberes indistintos, tendo de algum modo, um carácter fixo porque partilhada e reproduzida de forma coletiva.

Em síntese, as representações oferecem uma orientação para os indivíduos ao fornecer interpretações particulares do mundo social e físico. Estas apresentam-se como pontos de referência uma vez que fornecem uma posição ou perspectiva segundo a qual um indivíduo ou grupo observa e interpreta certos acontecimentos e situações. As representações fornecem os pontos de referência através dos quais o indivíduo comunica com os outros, permitindo-lhe também situar-se no mundo (Semin, 1989: 260).

Um dos traços essenciais das representações sociais referidos por Semin (1989) é a simplificação, ou seja, a redução da complexidade do mundo, que se apresenta cheio de entidades únicas e distintas, o que torna necessária uma redução da sua complexidade devido à incapacidade dos indivíduos de lidar com toda essa informação. Segundo Semin (idem: 260) a noção de representação social intercepta, neste sentido de redução da complexidade, um outro conceito, o de estereótipo social. Assim como as representações, os estereótipos também se apresentam como generalizações que não têm em conta as diferenças e as variações. Os estereótipos atribuem as mesmas características a todos os membros de um grupo, sem atender às diferenças que existem no seu seio. Não são, necessariamente, baseados em experiências diretas das pessoas pertencentes a um grupo, podendo ser apreendidos através de outros indivíduos ou até com base nos meios de comunicação social. Esta ausência de consideração pelas diferenças dentro de um grupo transforma os estereótipos, segundo Semin (1989), em generalizações abusivas e quase sempre um pouco distorcidas.

Lippmann (1965) afirma que os estereótipos são “imagens na nossa cabeça” que usamos para apreender o mundo à nossa volta de uma forma simplificada. O autor defende que “o meio ambiente real é simplesmente grande demais, complexo demais e transitório demais para um conhecimento direto. Não estamos ligados para lidar com tanta subtilidade, tanta variedade, tantas permutas e combinações (idem: 350). Lippman enfatiza também a componente de senso comum dos estereótipos, assim como a sua capacidade de legitimar a ideologia dominante, ou seja, realça que eles contêm uma avaliação que justifica as diferenças sociais e encontram-se carregados de potencial hegemónico: os estereótipos “são as fortalezas da nossa tradição, e por detrás desta defesa podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (idem).

Estereótipos e representações sociais são conceitos similares, apresentam inúmeras convergências, com exceção do objeto representado ou estereotipado. As

representações sociais referem-se a uma ideia do gênero – por exemplo, a representação social da feminilidade –, enquanto os estereótipos são sempre relativos a um grupo – por exemplo, as mulheres.

Pretende-se explorar, neste trabalho, as representações do feminino, um conceito abstrato, mas que está ligado a uma categoria social – as mulheres. A identidade feminina é interiorizada, como já se referiu, desde muito cedo, através da interação social e da troca de significados simbólicos, neste caso, relativos às mulheres e ao que significa ser mulher. A identidade interiorizada e vivida pelos indivíduos do sexo feminino está intimamente ligada àquilo que uma sociedade acredita que uma mulher deve ser, a um saber comum que serve para antecipar as ações dos membros do sexo feminino, para interpretar os acontecimentos e situações que os envolvem, as representações do feminino. Deste modo, a identidade feminina incorpora crenças, representações e estereótipos acerca do feminino. Se as identidades são criadas tendo por base representações e estereótipos e têm como resultado certos comportamentos e representações que vão de encontro e reforçam aquelas representações e estereótipos, encontra-se aqui presente uma perpetuação circular (Butler, 1990: 7). Uma vez que a identidade feminina é construída através do processo de socialização, podemos afirmar que a identidade feminina não se caracteriza por uma essência feminina natural e imutável, mas é, antes, uma construção cultural.

1.3. O corpo como objeto teórico

O corpo é o local de construção da nossa identidade, a nossa “existência é corporal” (Goellner, 2003a: 2). O corpo não é algo que temos, mas algo que somos. Assim, não podemos falar do corpo sem falar de nós, da nossa subjetividade e daquilo que somos. Quando nos referimos ao corpo, não nos podemos referir somente à nossa materialidade biológica, mas a nós mesmos. O corpo não é apenas um conjunto de músculos, ossos e órgãos; o corpo também é a roupa, os acessórios, as intervenções que nele se operam, a sua imagem e a educação dos gestos. Perceber o corpo significa compreendê-lo para além de um mero suporte físico, pois é nele que se dão, realizam e manifestam não só aptidões e contingências físicas, mas também e sobretudo o conjunto complexo de relações entre as emoções, a sexualidade, os sentimentos, os pensamentos e os desejos humanos. Todas estas relações tornam o conceito de corpo rico e complexo.

Bourdieu (1999: 105) defende que não se deve encarar o corpo como um objeto, mas antes como um “recipiente” com capacidade de nos fazer compreender como é feita a socialização. É no corpo e nos seus gestos que se encontram presentes os significados, os afetos, os valores e a história pessoal. Este conjunto de significados é definido pelo autor como resultado de “técnicas corporais”, que são as formas como os indivíduos se servem dos seus corpos nas várias sociedades. No mesmo sentido, Freitas (2000: 18) defende que

“Na imagem do corpo está implícito não apenas o corpóreo, ou seja, meu corpo enquanto objeto de reflexão, com fronteiras bem definidas pela epiderme, mas principalmente a corporeidade, o corpo-sujeito que age no mundo e que, nesta inter-relação, estende-se para ele, perde suas fronteiras anatomicamente definidas e torna-se marcado pelos símbolos de suas vivências, torna-se presença.”

O conceito de *habitus* (Bourdieu, 1999: 112)¹ sublinha a centralidade do corpo como lugar privilegiado de análise do sujeito social e fundamento da unidade do ser. Nesta linha de raciocínio, encontram-se vários autores que evidenciam o corpo que provém do *habitus*, que defendem a ideia de um “corpo social”, personagem principal do mundo social que nos leva a ter consciência do outro. Nesse sentido, o corpo social é o corpo do indivíduo portador de um *habitus* enquanto prática produtora de diferentes formas de expressividade corporal dentro de moldes configurados por um determinado grupo socialmente identificado. As disposições incorporadas moldam o corpo a partir das condições materiais e culturais de vida, tornando-o num corpo social. É o processo de socialização que produz um ser individual que é forjado nas e pelas relações sociais, fazendo da própria individualização um produto da socialização.

Bourdieu (1999: 128) utiliza o conceito de “esquema corporal” para se referir às posturas corporais e aos usos do corpo na vida quotidiana. O esquema corporal é um depositário de toda uma visão do mundo social que é refletida nos distintos usos do corpo pelos diferentes grupos sociais. Uma vez que o movimento do corpo não é um pensamento, mas um hábito adquirido num determinado tempo, o esquema corporal,

¹ O conceito de *habitus* é definido por Bourdieu (1999) como um sistema de disposições que projeta as práticas de acordo com as estruturas das quais o sujeito é produto. São os sistemas de esquemas de percepção, de apropriação e de ação que orientam as escolhas dos indivíduos que emergem num contexto familiar. Segundo o autor, ele é a cultura “incorporada” e refere-se a um conjunto de gestos, gostos, pensamentos e maneiras de ser incorporados.

como percepção ou como motricidade, constrói-se através da apropriação dos principais instrumentos culturais. Para Bourdieu (2011: 65), “é preciso um corpo para existir no mundo, para ser incluído no mundo, mas segundo um modo de inclusão irreduzível à simples inclusão material e espacial”. Assim, o corpo apresenta-se também como o lugar de expressão das emoções, dos afetos e dos desejos e daquilo que não se encontra sob o controlo dos indivíduos, ou seja, a educação corporal dos afetos, das emoções e demais traços da personalidade (idem).

Para Bourdieu (2011), a maneira de estar no mundo alicerça-se num processo de pertença social, que origina formas diferentes de o indivíduo se expressar corporalmente. O uso do “corpo expressivo” traduz uma atitude em relação ao mundo social que coloca em evidência a relação do indivíduo com o mundo. Essa relação é construída através da expressão dos sentimentos, de cerimoniais, do conjunto de gestos, da produção da aparência, dos jogos de sedução, das técnicas do corpo, dos exercícios físicos, da relação com a dor e com o sofrimento, entre outros. O corpo é, assim, pensado como uma forma moldada pela interação social, um facto da cultura. Contudo, por mais que a expressão corporal tenha uma regulamentação, é sempre uma nova atitude, uma configuração de carácter individual e própria de cada agente em relação a uma nova situação. O nosso corpo revela o tempo no qual fomos educados e produzidos, razão pela qual, ao mesmo tempo que somos diferentes, somos também semelhantes. O corpo é educado por meio de um processo contínuo e minucioso, cuja ação conforma formas de ser, de parecer e de se comportar. Educa-se o corpo na família, na escola, na religião, nos meios de comunicação social, na medicina, no desporto, em todos os espaços de socialização com os quais nos deparamos no nosso quotidiano.

Uma vez que o corpo não é dotado de uma essência universal, segundo Goellner (2003b: 65), apresenta-se mais adequado usar o seu plural, “corpos”, apesar de o termo “corpo”, no singular, fazer referência a uma análise orientada pela perspectiva cultural. Assim, segundo a autora, existem vários tipos de corpos: “corpos infantis, juvenis, adultos, envelhecidos, brancos, doentes, católicos, pobres, femininos, masculinos, homossexuais, heterossexuais, obesos, anoréxicos, saudáveis, atléticos, corpos múltiplos e diferentes” (idem: 74). Estas distinções resultam de construções culturais plurais, uma vez que cada cultura define o que são corpos desejáveis, ou seja, adequados às representações que cada cultura elege como desejáveis ou não desejáveis. Na sociedade ocidental, por exemplo, os corpos desejáveis são os corpos magros, saudáveis,

exercitados, heterossexuais e jovens; os corpos indesejáveis, por sua vez, são diversos, de acordo com o tempo e o lugar, mas são principalmente os corpos gordos, feios, andróginos, drogados, velhos, deficientes, flácidos, inaptos, lentos, *gays*” (idem: 75) e tantos outros que não expressam apenas a diferença, mas sobretudo uma desigualdade.

1.3.1. O corpo feminino

O corpo desempenha um papel fundamental nas representações sociais do feminino e nos modos de pensar a Mulher. Para a mulher, a aparência e o corpo parecem assumir uma importância particular nas relações sociais e na sua autopercepção comparativamente ao homem. Apesar de não haver nada de fisicamente inerente à mulher que torne a sua aparência tão fundamental para a interação social, práticas e resíduos culturais sedimentados codificam e enformam as concepções do feminino, realçando a importância vital daquilo que a mulher dá a ver de si: “Espera-se que ela encarne uma ‘intemporal’ fantasia cultural, mas ela não é naturalmente mais atraente que o homem” (Tseëlon, 1995: 79).

Para Bordo (1993), as mulheres são, por norma, associadas ao corpo e os homens ao espírito. Segundo a autora, esta associação apresenta-se negativa para as mulheres, uma vez que são associadas ao corpo seja através da cedência ao desejo sexual, seja ao afastamento de Deus. Também na opinião de Tseëlon (1995), esta associação tem um carácter negativo, uma vez que a essência de mulher (corpo e aparência) é definida como oposta ao espírito e, simultaneamente, acusa-a de ter uma essência inferior. As imagens e a ideologia sedimentadas na cultura ocidental confirmam esta concepção negativa da essência corporal feminina. Bordo (1993) faz referência às figuras femininas clássicas da mulher como sedutora (Eva, Salomé e Dalila) e também às imagens contemporâneas secularizadas, como as dos filmes e telenovelas, onde se encontra a ideia de atração fatal exercida pela mulher. Em todas elas, está presente a marca da mulher que, de forma direta ou indireta, utiliza o seu corpo como meio para atingir os seus fins. O que a autora pretende demonstrar é o poder histórico de certas imagens culturais e de uma ideologia a que mulheres, mas também homens são vulneráveis.

A dualidade espírito/ corpo está também relacionada com a dualidade atividade/passividade. O corpo feminino é, muitas vezes, associado à passividade. Já o masculino encontra-se ligado à atividade. Existe também, segundo Bordo (idem), uma associação do corpo feminino à natureza e a tudo o que é “natural”, em oposição à cultura, que se encontra associada ao masculino. Deste modo, o corpo feminino é concebido, segundo a autora, como historicamente estável e imutável. Contudo, o corpo feminino é tudo menos unicamente biológico ou “natural”. Ele é essencialmente cultural, uma vez que é resultado de uma construção social (idem: 165). A biologia é, assim, utilizada como fundamento ideológico para a inferiorização do feminino, mas a diferença entre corpos femininos e masculinos é culturalmente estabelecida.

Até ao século XVII, os filósofos e cientistas ocidentais acreditavam que apenas existia um sexo e que os órgãos genitais femininos internos eram o resultado do subdesenvolvimento dos órgãos genitais masculinos (Brandão, 2007; Lorber, 1998). Atualmente, o pensamento ocidental vê os corpos femininos e masculinos como distintos. Segundo Lorber (1998: 12), homens e mulheres começam a ser vistos de forma diferenciada e essas diferenças anatômicas confinam as mulheres a uma vida social muito distante da dos homens. Desde o séc. XIX que se sabe que as crianças podem nascer com órgãos genitais ambíguos e que, nestes casos, a definição do sexo é quase arbitrária (Brandão, 2007). Nas sociedades ocidentais, vemos dois sexos e dois gêneros distintos porque a nossa sociedade é construída tendo por base duas classes de pessoas distintas, homens e mulheres. O corpo é construído pela cultura como feminino ou masculino, mas é também um local de reprodução e de inscrição da feminilidade e da masculinidade. Segundo Bourdieu (1999) e Foucault (1975), o corpo é um *locus* prático e concreto de regulação social, o resultado de um trabalho social. A disciplina e a normalização dos corpos são estratégias de regulação social persistentes e flexíveis (Foucault, 1975:185). Para Foucault (1975), são essas práticas disciplinares que produzem “corpos dóceis”. Bartky (1998: 35-38) examina as práticas disciplinadoras que produzem um corpo que é reconhecido como feminino, identificando três categorias de práticas: as que têm como objetivo produzir um corpo de determinado tamanho e configuração; as que extraem desse corpo gestos, posturas e movimentos específicos; e as que são dirigidas à exibição desse corpo como uma superfície ornamentada. A autora explora também os efeitos destes três conjuntos de práticas na identidade e na subjetividade femininas. Relativamente às primeiras, ela afirma que os estilos da figura corporal feminina variam ao longo do tempo

e em diferentes culturas, refletindo obsessões e preocupações culturais. Atualmente, o estilo dominante é esguio e de contornos magros, uma silhueta própria de adolescentes que não corresponde às dimensões corporais da generalidade das mulheres adultas. Deste modo, impõe-se ao corpo feminino uma disciplina de dieta e exercício. No que diz respeito às práticas que retiram do corpo um repertório específico de gestos, posturas e movimento, a autora afirma que a sociedade estabelece diferenças significativas nos mesmos de acordo com o género e que, em termos de comportamento corporal, as mulheres estão mais restringidas do que os homens no seu movimento e na espacialidade. Por fim, e no que respeita às práticas que exibem o corpo feminino enquanto superfície ornamentada, há que considerar comportamentos relativos à maquilhagem, ao cuidado da pele, à depilação e ao vestuário. Todas estas práticas disciplinares fazem parte do processo de construção do corpo idealmente feminino e estão longe de ser específicas de uma classe, etnia ou idade, ainda que existam muitas formas através das quais estas variáveis podem ser expressas naquelas práticas (Bartky, 1998).

As mulheres encontram-se, assim, sujeitas a tais práticas. Não existem sanções formais para o não cumprimento das mesmas, o que não significa que as mulheres que se recusem à disciplina imposta ou que não correspondam ao ideal difundido não sofram nenhum tipo de sanção ou não sejam privadas de algumas compensações sociais. Existe uma interiorização por parte das mulheres de que ter um corpo feminino é crucial para serem consideradas mulheres, estando este relacionada com uma suposta essência social do feminino. Isto acontece devido às categorias de masculinidade e de feminilidade serem estruturantes do quotidiano e não apenas elementos da construção identitária individual. Assim, ter um corpo “feminino”, um corpo socialmente construído através de práticas apropriadas, apresenta-se vital para que uma mulher tenha consciência de si como feminina, mas também como ser humano (idem: 39).

A insistência em prescrever socialmente que o aceitável para as mulheres é manter um corpo jovem é bastante complexa e impossível de conseguir na totalidade. Cada vez mais, a aparência de uma mulher de determinada idade deve corresponder à aparência de uma idade inferior à sua – por exemplo, uma mulher de 50 anos não deve nunca aparentar tal idade, mas consideravelmente menos. Isto altera a perceção das mulheres do que é a aparência de uma mulher de 50 anos e tem profundas consequências na sua autoestima. Por outro lado, a obediência à obrigatoriedade de possuir um corpo jovem levanta a questão do bem-estar psicológico das mulheres, em geral, já que todas elas estão

envolvidas no processo de envelhecimento, no seio de uma sociedade que o rejeita (Mota-Ribeiro, 2005: 45).

A segunda ordem que implica obediência em termos do corpo feminino é a magreza. Sabe-se que as mulheres obesas são, muitas vezes, discriminadas no trabalho e vistas como seres “deformados”, raramente consideradas femininas pelos outros e frequentemente vistas como “aberrações” e seres desprovidos de bem-estar sexual e afetivo. Tem sido bastante estudado o facto de as mulheres serem mais tiranizadas pelo ideal atual da magreza do que os homens, tal como têm sido pelos ideais de beleza, em geral. Repare-se, por exemplo, que é mais importante para os homens do que para as mulheres que o parceiro seja magro, daí que magreza seja um ideal específico da atração feminina (Wolf, 1992: 9). As interpretações relativas ao modo como as mulheres entendem esse ideal de magreza são diversas. Desde a década de 1960, existiu uma enorme mudança daquilo que se considera um corpo feminino em termos de dimensões. O estilo alongado e magro, de seios pequenos, ancas estreitas, pode ser entendido tanto como uma contenção do desejo feminino (associado ao apetite, à sexualidade, às emoções) como uma libertação de um destino doméstico e de reprodução (ligado ao corpo de formas redondas) (idem: 10). A magreza feminina encerra um leque alargado de significados, por vezes contraditórios: por um lado, a negação de um espaço social da mulher e uma associação à fraqueza (o sexo fraco); por outro, a autonomia e a libertação de um corpo identificado com a maternidade e a capacidade de moldar o próprio corpo.

De qualquer forma, apesar da diversidade de significados que podemos atribuir às características prescritas para os corpos das mulheres e independentemente das interpretações particulares de cada mulher face ao ideal prescrito, ao longo da História, as ideias acerca dos corpos das mulheres têm afetado de forma significativa as estruturas dentro das quais as mulheres vivem. Apenas olhando para as experiências “incorporadas” pelas mulheres, assim como para a forma como essas experiências são socialmente construídas, se pode realmente compreender as vidas das mulheres, a sua posição na sociedade e as suas capacidades de resistência a essa posição.

Para corresponder às expectativas sociais, a mulher deve encarar o seu corpo como um “material a melhorar” e viver numa constante insegurança. Segundo Tseëlon, 1995: 39), “a beleza para as mulheres é um estado temporário que só reforça o facto de o seu valor ser medido em função da sua capacidade de cumprir o papel de espetáculo, e deve ser considerada não um símbolo de prestígio, mas um símbolo de estigma”. Esta

perspetiva permite ver a atração física exercida pelo feminino como estigma, uma vez que as mulheres têm a consciência de estarem sempre em “cena” e da importância da beleza como valor social. Assim, é necessário vigiar constantemente a apresentação da sua personagem em cena.

Beleza, corpo e aparência visual são conceitos habitualmente ligados ao género feminino e interiorizados pelas próprias mulheres como sendo parte da sua identidade. Como foi destacado, através de uma série de mecanismos, o *eu* feminino constrói-se por relação ao belo e ao visível, socialmente desejáveis. É exigido ao sexo feminino que cuide do seu aspeto físico, sob pena de não corresponder ao papel que deveria desempenhar. Para isso, deve empreender um conjunto de práticas estéticas (como as cirurgias e os tratamentos cosméticos) a fim de ser capaz de manter a juventude e a beleza. Corpo e beleza são, sem dúvida, entendidos como pontos centrais da identidade feminina.

A beleza é uma das características mais marcantes no modo de pensar a mulher em termos do que ela é e do que deve ser. A beleza encontra-se associada ao feminino: “As imagens mostram-no, os comportamentos provam-no e as expectativas confirmam-no: a beleza não possui o mesmo valor no masculino e no feminino”; “as fotografias de moda, os institutos, os concursos de beleza e os produtos de cosmética não cessam de recriar o primado da beleza feminina, de reproduzir a importância do parecer na identidade feminina” (Lipovetsky, 2000: 55). Segundo Lipovetsky (*idem*), afirma-se um estatuto privilegiado da beleza na mulher e uma identificação desta com o “belo sexo”. A própria feminilidade baseia-se no atributo beleza, já que quanto mais bonita for a mulher, mais perfeccionada ela é como feminina, o que não se passa com os homens (a masculinidade não existe em função da beleza do homem).

Encontramo-nos aqui no domínio das expectativas sociais e do valor de que se reveste a beleza, que não são as mesmas para o feminino e para o masculino. Do ponto de vista das expectativas sociais, do estatuto das mulheres e da sua vida quotidiana, ser bela ou não o ser tem consequências concretas. É, então, central explorar a beleza enquanto modo de pensar o feminino e enquanto formadora da noção de mulher. No entanto, argumenta-se aqui que não existe uma relação necessária entre feminino e beleza e que esta não é uma característica universal e objetiva. A beleza não é um atributo objetivo e universal, mas antes cultural e histórico. Esta ideia é defendida por Wolf (1992: 12) ao afirmar que existe um mito da beleza que consiste no seguinte: “A qualidade chamada ‘beleza’ existe objetiva e universalmente. As mulheres querem necessariamente encarná-la e os homens querem necessariamente possuir mulheres que a encarnam. Esta

encarnação é um imperativo para as mulheres e não para os homens”. Contudo, a beleza não é, segundo a autora, universal ou imutável, mas especificamente cultural, uma vez que o valor dado à mulher varia segundo um valor que é culturalmente determinado (Wolf, 1992).

A noção de beleza como atributo que as mulheres possuem ou devem possuir tem sido alvo de críticas por parte das feministas, não apenas no que diz respeito aos seus aspectos nocivos, mas também porque a beleza não é algo universal ou imutável, e muito menos algo intrinsecamente ligado ao feminino. O “belo sexo” nem sempre foi o feminino e não o é, ainda hoje, em todas as sociedades. Perspetiva-se então, a beleza como uma característica atribuída socialmente ao feminino, já que, como foi referido, não há nada de biológico inerente às mulheres que torne a sua aparência física ou a sua beleza mais relevante do que a dos homens.

Capítulo 2. A evolução da mulher/atleta nos Jogos Olímpicos

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, as mulheres participaram apenas como espectadoras. A primeira participação de atletas do sexo feminino portuguesas teve lugar apenas em 1952, no Jogos de Helsínquia, 56 anos depois da criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Durante muito tempo, à mulher, não foi permitido entrar em recintos desportivos por razões de “decência” e etiqueta, ideias reforçadas por uma diversidade de mitos, que se foram alterando ao longo do tempo. Esses mitos contribuíram para as dificuldades de acesso das mulheres ao campo desportivo, especialmente tratando-se do desporto de competição. Hoje, o desporto continua a ser um domínio predominantemente masculino e a mulher continua a ter dificuldades em ser “levada a sério” enquanto atleta. No caso português, a entrada da mulher no mundo desportivo apenas se deu com a Mocidade Portuguesa Feminina (M.P.F.), associada ao objetivo de criar uma “nova mulher portuguesa”, definida pela domesticidade e pela maternidade. Apesar das mudanças verificadas nas relações de género quer ao nível nacional, quer internacional, como veremos, a feminilidade normativa continua a apresentar-se como contraditória face ao modelo de atleta ideal, reforçando as dificuldades de afirmação das mulheres no campo desportivo.

2.1. Os Jogos Olímpicos da Era Moderna e a mulher

Ao longo do século XIX, a Europa foi palco de várias transformações sociais nas mais diversas áreas do conhecimento científico. O incremento das novas tecnologias nos estudos das ciências naturais foi decisivo para garantir o prestígio destes estudos. As mudanças de visão sobre o mundo iniciadas com o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram fundamentais para perceber a interação entre o sujeito e a sociedade. É nesta altura que ressurge a preocupação com o exercício físico e a reflexão sobre os motivos para o ser humano cultivar o seu próprio corpo (Moura, 2003: 13). Várias teses foram desenvolvidas que exaltam os méritos e benefícios do jogo ao ar livre como forma de demonstrar que muitas doenças podiam ser evitadas através do movimento. O interesse pelas atividades físicas e de recreação ressurge com o

Renascimento e é novamente dada importância à formação integral do ser humano. Com a Revolução Industrial e a luta pelos direitos cívicos e laborais, surge o entendimento e consequente esforço para a valorização da vida pessoal, para além do âmbito restrito do trabalho, como uma garantia dos direitos de quem trabalha, constituindo-se um marco determinante na elevação da qualidade de vida das populações (idem). Após a Revolução Industrial, o aumento do nível de vida e a gradual redução do número das horas de trabalho, assim como a escolarização em massa, levaram ao surgimento do conceito atual de lazer e tempos livres no qual o desporto se encontra inserido. O crescimento económico facilitado pela utilização das máquinas permitia o acesso de um maior número de indivíduos ao bem-estar, libertando espaços e energia para outras atividades sociais (idem). A mecanização e os progressos tecnológicos permitiram que o tempo do trabalho se tornasse cada vez mais distinto e oposto ao tempo de “não trabalho”, transformando-se gradualmente num quadro de novas atividades de repouso e de divertimento. A gradual diminuição das horas de trabalho e a escolarização massificada reforçaram a importância do desporto.

Assim, o desporto moderno – designado de *sport* – surge em Inglaterra, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, propagando-se, mais tarde, a outros países. Segundo Elias (1992: 39), o desporto moderno poderá ser o reaparecer de algo já existente, contudo, caído no esquecimento. Na ótica do autor (idem), a Revolução Industrial e a posterior inclusão dos desportos como atividade extracurricular nas escolas públicas por Thomas Arnold (1830), proporcionaram um grande desenvolvimento do desporto durante a Era Vitoriana em Inglaterra, onde, mais tarde, serviram de linha orientadora para o Olimpismo. Um dos principais legados deste momento histórico inglês foi o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, onde se inclui o desporto. O termo inglês *sport* foi adaptado por outros países e a palavra “desporto” servia para definir passatempos ingleses como o críquete, o ténis, o pugilismo e as corridas de cavalos. Uma vez que este tipo de atividades de lazer alcançou uma dimensão mundial, Elias (1992: 39-45) designou este processo de “desportivização” por analogia com o processo de industrialização. Aqui, é possível perceber a afinidade entre os fenómenos da industrialização e da prática de desporto. Ambos idealizam a igualdade de oportunidades, o estímulo à competição, a produtividade e a quantificação de resultados (idem).

O fim do século XIX europeu é marcado pelo dilema humano entre a ciência e a subjetividade. Por um lado, o progresso, a ciência e o positivismo serviam cada vez mais de parâmetro para a sociedade ocidental do momento; por outro, as “luzes que se esperava que adviessem do Iluminismo e das Revoluções Francesa e Inglesa não se mostravam suficientes para explicar todos os anseios dessa sociedade” (Hall, 2006: 16). Foi nesse contexto de mudança e progresso social que o Movimento Olímpico nasceu, com o francês Pierre de Freddy, mais conhecido como Barão Pierre de Coubertin, em 1896 (Marivoet, 2002).

Os esforços de Coubertin para viabilizar os Jogos Olímpicos da Era Moderna acabaram por consagrá-lo como o principal idealizador do Movimento Olímpico. Coubertin concebeu os Jogos tendo como principais pilares a educação e a pedagogia. Estes Jogos apresentam grandes diferenças face aos da Antiguidade Clássica, com novos valores, como o caráter dos concorrentes, a regulamentação das provas e o sentido de justiça baseado nos princípios éticos do desporto moderno. Contrariamente à Antiguidade Clássica, há não apenas a ausência da violência física, mas, sobretudo, uma repugnância pela mesma. Coubertin concebeu os Jogos como uma instituição cuja abrangência fosse internacionalista e tinha como projeto defender a prática desportiva amadora. Essa prática deveria ser capaz de promover o desenvolvimento físico aliado ao intelectual, a excelência, a diplomacia, a ausência de conflito entre as nações e o *fair-play*² (Rubio, 2006).

A importância do evento foi-se consolidando ao longo do século XX, seja no modo de organização das disputas desportivas ou nas práticas incorporadas pelo Movimento Olímpico. As alterações incorporadas a cada edição dos Jogos Olímpicos não deixam de ser consonantes com a velocidade das transformações ocorridas durante o século XX (Rubio, 2006). Uma dessas alterações foi o ingresso de mulheres nos Jogos. Estas foram privadas de participar na primeira edição, mas foram paulatinamente conquistando o seu espaço num domínio masculino por excelência.

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, as mulheres participaram apenas como espectadoras. Durante muito tempo, à mulher, não foi permitido entrar em recintos desportivos por razões de “decência” e etiqueta. Na Grécia Antiga, o motivo alegado para as mulheres casadas não participarem, nem assistirem, aos

² Difundido pelos idealizadores dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o *fair-play* refere-se a uma conduta ética e moral que deve ser própria do atleta, devendo este estar comprometido em apresentar o seu rendimento desportivo sem recorrer a práticas ou substâncias consideradas ilícitas pelo Movimento Olímpico (Rubio, 2006: 56).

Jogos Olímpicos, era o de que o *stadium* se encontrava situado num local íngreme e de difícil acesso, que poderia causar-lhes problemas fisiológicos (Cruz, Silva; Gomes, 2013: 18). Para que o desporto fosse mantido como um domínio exclusivamente masculino, outros mitos foram surgindo ao longo dos tempos. A título de exemplo, podemos referir o facto de a menstruação ser considerada uma doença; a prática de exercício, supostamente, causaria danos nos órgãos reprodutores femininos; a mulher teria que evitar qualquer atividade física, pois a energia gasta nas mesmas era necessária para poder procriar, uma vez que a maternidade seria a sua principal função; e, depois de engravidar, não deveria praticar qualquer tipo de esforço uma vez que este prejudicaria o feto. Contudo, todas estas preocupações apenas se encontravam relacionadas com a prática feminina de desporto, uma vez que não se aplicavam a tarefas domésticas e familiares (idem).

O domínio masculino no desporto e a tradicional visão da mulher aumentaram as dificuldades à presença feminina na esfera desportiva. A participação da mulher no desporto, ainda hoje, é vista como uma ameaça à masculinidade e ao poder masculino, mas também ao próprio desporto e ao papel que ele desempenha na construção da masculinidade (Pinheiro, 2002: 33).

Os ideais masculinos presentes no desporto apresentam radicam em heranças culturais de grande peso na civilização ocidental (Marivoet, 1998) e a simples presença das mulheres no contexto desportivo faz com que o significado masculino atribuído ao desporto diminua (idem).

A participação da mulher como atleta apenas foi possível na edição dos Jogos de 1900, em Paris, cidade que é referenciada como berço do movimento feminista devido aos avanços ocorridos a partir da Revolução Francesa no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, inclusive o direito à participação da mulher nos mesmos domínios em que os homens tinham a sua presença consolidada (Cruz, Silva e Gomes, 2013: 13). Contudo, na edição dos Jogos de 1900, a participação das mulheres não foi plena, uma vez que não se estendeu a todas as modalidades. Às mulheres, apenas foi permitida a participação em dois dos treze desportos disputados nos Jogos de Paris: o golfe e o ténis. (Rubio, 2006: 58). Nos Jogos de Saint-Louis, em 1904, a participação das mulheres foi permitida nas modalidades de arco e flecha. Nos Jogos de Estocolmo, em 1912, as mulheres conquistaram o direito de participar nas modalidades de natação e saltos ornamentais; a esgrima, nos Jogos de 1924, em Paris; a ginástica e o atletismo nos Jogos de 1928, em Amesterdão (idem).

Durante longos anos, portanto, a competição olímpica apenas foi permitida às mulheres num reduzido número de desportos e provas. A associação de determinadas modalidades desportivas a uma prática exclusivamente masculina prevaleceu durante décadas (COI, 2005). Se considerarmos que grande parte do atual programa olímpico foi definido nas primeiras cinco olimpíadas (1896 a 1912), as mulheres tiveram de esperar cerca de cem anos para poder competir em provas como, por exemplo, o triplo salto, o salto com vara, o lançamento do martelo, a esgrima, a luta livre, o polo aquático ou a maratona (COI, 2005). A inclusão desta última prova nos eventos femininos, em 1984, parecia ser capaz de derrubar o mito da fragilidade dos corpos das mulheres por ser uma das provas mais desgastantes. A progressão dos recordes nesta distância, alcançados por homens e por mulheres, mostra que os corpos das mulheres se apresentam capazes de se superar. Com efeito, enquanto os maratonistas, em 94 anos, melhoraram o tempo de distância em 50 minutos, as atletas da maratona conseguiram, em 77 anos, tirar 1 hora e 25 minutos ao tempo necessário para percorrer os 42.195 metros. Apesar do tempo médio das atletas ser ainda superior ao dos atletas, tendo em conta a sua inserção tardia na modalidade, as mulheres conseguiram uma grande progressão (Cruz, Silva; Gomes, 2013: 92).

Ainda com restrições em algumas modalidades, as mulheres foram gradualmente aumentando a sua participação nas disputas olímpicas. À medida que a mulher ia ganhando lugar no mundo desportivo, as críticas foram-se tornando cada vez mais severas. Tais críticas afirmavam, por exemplo, que a intervenção feminina no desporto comprometia o seu sentido estético, uma vez que aspetos como o suor devido ao esforço oferecia um espetáculo pouco agradável (Goellner, 2003b: 171). O défice democrático é ainda bastante notório no que diz respeito à participação da mulher em condições de igualdade de oportunidades. Os estereótipos e as barreiras existentes nas outras esferas da vida das mulheres são ainda mais vincados no mundo do desporto. Como nota Goellner (2003b), o direito da mulher ao desporto insere-se num contexto mais lato de igualdade social. A natureza social deste direito, a igualdade do homem e da mulher no acesso à prática desportiva não pode ser justificada pela sua diferente natureza biológica. Também Pinheiro (2002: 47) nota que a pequena representação feminina na esfera desportiva constitui um indício de que as barreiras à participação das mulheres no desporto ainda não desapareceram na totalidade e que este ainda está associado a uma imagem de área masculina reservada.

2.2. A mulher e a entrada no desporto: o caso português

Entre 1926 e 1974, Portugal viveu sob a ditadura do Estado Novo, que limitou os direitos políticos e sociais da população e, especialmente, os das mulheres. Esta ideologia confinava as mulheres portuguesas a um papel secundário na sociedade e com poucos direitos enquanto cidadãs. A título de exemplo, as mulheres apenas tiveram direito pleno ao voto após a revolução do 25 de Abril de 1974.

A utilização política do desporto foi um fator comum a diversos Estados durante o século XX, e não apenas nos regimes autoritários (Pimentel, 2001). Contudo, o modelo de intervenção estatal no campo desportivo adotado por regimes autoritários como a Itália de Mussolini ou a Alemanha nazi tornou-se num modelo a ser adotado por outros governos deste período ideologicamente próximos do fascismo, como a Espanha franquista e o Estado Novo português. Nestes regimes, o desporto tornou-se num meio de reforço da coesão interna e uma importante forma de aumentar o prestígio nacional. Pretendia-se, através do incentivo à prática desportiva, transmitir uma mensagem que estivesse de acordo com os valores dominantes desses regimes, como a disciplina, o respeito pela lei, o trabalho árduo, a hierarquia, a obediência, o sucesso, entre outros.

O desporto serviria para aproximar a sociedade das instituições do regime, através dos discursos sobre o aperfeiçoamento hegemónico e como forma de regulação social. Os espetáculos desportivos eram vistos como uma forma de alcançar não só a saúde, mas também a educação. O desporto era visto como um elemento essencial a todo o processo educacional. Através da educação física, o Estado Novo pretendeu “educar” a juventude, tornando-a mais forte e robusta, para contradizer uma imagem corrente do povo português como “fraco e decadente” (idem: 215) e, assim, regenerar a “raça portuguesa”. O desporto teria uma função regeneradora da juventude e seria através dele que Portugal iria construir o seu futuro, com um povo forte e viril, à semelhança do Estado Novo.

Em 1933, a Constituição integrou a educação física como prática integrante nos liceus. Apesar deste discurso de apoio ao desporto, só em 1940 é que o Estado português desenvolve uma política desportiva mais ativa. A Mocidade Portuguesa (M.P.) desempenhou aqui um papel de importante relevo. Criada em 1935, esta organização sempre teve grande ligação com o desporto e tinha como principal objetivo “revitalizar os jovens portugueses” e “impedir que a raça portuguesa definhasse” (idem: 215). O

desporto aparece, assim, como um dos pilares de sustentação do Estado Novo, com características educativas e eugénicas (idem).

Apesar de o desporto se ter tornado um ponto de relevo nas políticas do Estado Novo, o acesso das mulheres era ainda bastante restrito. A prática de determinados desportos era-lhes negada, caso estes não se encontrassem de acordo com a ordem social estabelecida, pois apenas se pretendia “levar a mulher portuguesa para as práticas desportivas, onde, pela cultura física, os seus organismos revigorem, preparando-se para a sacrossanta missão de amanhã poderem ser mães de portugueses saudáveis e fortes” (idem: 209).

Em 1937, a Mocidade Portuguesa Feminina (M.P.F.) nasceu com o objetivo de criar a nova mulher portuguesa, uma mulher que fosse boa esposa, boa mãe, boa doméstica, boa cristã, boa cidadã sempre pronta a contribuir para o bem comum. A MPF apresentava-se como a organização responsável pela organização desportiva nas escolas, mas não incluía as “competições ou exibições de índole atlética e os desportos prejudiciais à missão natural das mulheres e tudo o que possa ofender as delicadezas do pudor feminino” (idem: 213). Estes limites impostos às jovens tinham como objetivo condicionar-lhes a liberdade, para que mantivessem as “virtudes” cristãs e caseiras.

Foi também em 1937 que a Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.), em conjunto com a comissão de senhoras pró-desportos femininos, lançou uma campanha pela criação de um ginásio exclusivamente feminino. Foi iniciado um “movimento em prol do revigoramento da mulher portuguesa”, que pretendia criar um “ginásio exclusivamente feminino, onde a mulher, a rapariga, a criança”, fortificassem “os seus organismos para nos legar uma descendência dignada nossa sempre cantada e nunca desmentida vigorosa raça”, o Ginásio Feminino Português (G.F.P.) (idem: 212). Esta ação não passou despercebida e foi rapidamente contestada pela Igreja Católica, que acusava o ginásio feminino de ser um “lar desportivo da mulher portuguesa, de ser uma capa de certa cultura física despudorada, racionalmente e cientificamente errada que quer fazer da mulher um puro animal atlético” (idem). Também a Legião Portuguesa contestou a criação do ginásio feminino, exigindo mesmo que a campanha fosse proibida, acusando-a de, através de palestras, criar uma rede de propaganda feminista e de doutrina comunizante. A comissão defendeu-se, ressaltando que o seu único objetivo seria “levar a mulher portuguesa para as práticas desportivas, onde, pela cultura física, os seus organismos revigorem, preparando-se para a sacrossanta missão de amanhã poderem ser mães de portugueses saudáveis e fortes” (idem).

Apesar de toda a contestação, o Ginásio Feminino Português acabou por ser criado em 13 de dezembro de 1937, alguns dias depois da criação da MFP. A criação do GFP acabou por forçar a Igreja, preocupada com o monopólio estatal da educação das raparigas, a apoiar a criação de uma organização feminina pelo Estado, com o qual partilhava os inimigos ideológicos: o liberalismo, o comunismo e o feminismo (idem: 214).

2.3. A participação de Portugal nos Jogos Olímpicos

A participação olímpica portuguesa apenas teve início em 1909, com a criação do Comité Olímpico Português. A constituição deste comité visava a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de 1912, em Estocolmo, dezasseis anos após o início dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Portugal participa com seis atletas masculinos nas modalidades de atletismo, luta e esgrima. Esta participação foi marcada por uma tragédia na comitiva portuguesa quando, por razões desconhecidas, o atleta Francisco Lázaro, maratonista, decidiu untar todo o corpo com sebo antes de iniciar a maratona, num dia em que a temperatura ultrapassava os 30.º C, acabando por morrer de insolação (Cruz, Silva; Gomes, 2013).

Só quarenta anos após a primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos – e mais de meio século após a primeira participação feminina nos Jogos – é que três atletas portuguesas (todas ginastas) participaram nos Jogos de Helsínquia, em 1952, numa comitiva com um total de 71 atletas. A partir daí, seria de esperar uma participação crescente de atletas portuguesas, mas tal não se verifica. Nos Jogos seguintes, em 1956, em Estocolmo, a participação feminina voltou a ser nula. Portugal participou com uma comitiva de seis atletas, todos homens. O mesmo se passou nos Jogos de 1972, em Munique, e de 1976, em Montreal. Apenas em 1996, nos Jogos de Atlanta, em que Portugal se fez representar pela maior comitiva de sempre (107 atletas), as atletas portuguesas conseguiram alcançar um número significativo: 24 atletas (22.5%). A percentagem mais elevada de atletas femininas portuguesas (44%) foi registada nos Jogos de 2012, em Londres. Contudo, isto apenas foi possível devido a uma redução do número de atletas masculinos qualificados para os Jogos, redução esta que se continuou a verificar nas edições seguintes dos Jogos (idem).

É importante referir que, em 2000, nos Jogos Olímpicos de Sidney, se comemoraram os 100 anos da primeira participação olímpica da mulher e foi nestes Jogos que se registou a maior percentagem de sempre de mulheres (42%). Porém, mais uma vez, Portugal não foi alvo de destaque, nem contribuiu para este marco uma vez que, numa comitiva de 61 atletas, apenas 21.3% eram mulheres. As atletas, não só as de nacionalidade portuguesa, não tiveram apenas dificuldades em poder participar nos Jogos. Apesar de terem alcançado o direito de competir na maior competição desportiva a nível Mundial, este acesso não foi visível em todas as modalidades desportivas (idem).

Capítulo 3. Os meios de comunicação social

Os meios de comunicação social têm uma forte influência em todos os domínios da vida social. De acordo com Eitzen e Sage (1993:273), os meios de comunicação social desempenham um papel de integração e de transformação social. No que diz respeito à integração social, transmitem valores e normas próprias de uma determinada cultura. Segundo Eitzen e Sage (idem: 278), os meios de comunicação são os grandes responsáveis pela transmissão, de geração em geração, de uma herança cultural. Os indivíduos, ao receber informações através dos meios de comunicação social, estão a ser socializados numa certa cultura. Assim, eles contribuem para a sua integração nessa cultura. No que diz respeito à transformação social, embora se afirme que os meios de comunicação social são imparciais, ou seja, que transmitem e relatam os fenómenos tal como estes acontecem na realidade, verifica-se que tal não se sucede. Os meios de comunicação social têm especial importância pelo facto de não apenas refletir e espelhar modelos socialmente aprovados, mas também de contribuir para a incorporação de valores e tendências sociais. Gerando significado nas palavras e imagens visuais, os meios de comunicação social difundem, igualmente, significados presentes no sistema de crenças e valores de uma sociedade. É, então, relevante questionar que mensagens acerca das mulheres são transmitidas à sociedade através deles e, mais especificamente, o que é que essas mensagens dizem acerca do feminino.

3.1. Os meios de comunicação social e as representações de género

As expectativas e os papéis de género são transmitidos através da informação e das imagens difundidas pelos meios de comunicação social e têm um importante papel na formação das nossas atitudes e comportamentos (Kang, 1997: 984). Os meios de comunicação social transmitem certas mensagens acerca do género, da maneira como homens e mulheres devem ser e como se devem comportar. Uma vez que os meios de comunicação social refletem os valores, opiniões e crenças dominantes acerca do género da nossa sociedade, os papéis de género que são típicos de uma certa sociedade também serão refletidos nos meios de comunicação social.

Os meios de comunicação social apresentam-se como uma das agências de produção e interiorização das representações sociais do feminino e do masculino. Depreende-se que tal interiorização tem lugar no processo de interação social e da comunicação entre os indivíduos. A comunicação é a interação social através de mensagens. Assim, são chamados à discussão os meios a partir dos quais as mensagens são transmitidas e também o modo como estas são interpretadas e dotadas de sentido pelos indivíduos. A comunicação, processo vital de interação, é central para a vida de uma cultura. A cultura baseia-se, pois, na interpretação e troca de significados relativos às mensagens difundidas socialmente. Deste modo, é importante analisar as mensagens respeitantes ao “feminino” na nossa cultura, procurando perceber de que modo elas também constroem a cultura em que operam e de que forma contribuem para a ideia do que é a mulher e do que esta deve ser. Estas mensagens podem ser transmitidas e tornadas comuns através de diversos meios. Numa cultura massificada como a ocidental, é legítimo afirmar que os meios de comunicação social terão um papel de destaque na divulgação de representações e estereótipos acerca do género. Essas representações chegam a um público alargado e são relevantes para o modo de a sociedade, no seu todo, pensar o que é a identidade de género.

Estudos sobre os retratos das mulheres nos meios de comunicação social (Goffman, 1979; Kang, 1997; Mota-Ribeiro, 2005; Pinto-Coelho, 2010) têm demonstrado que estes apresentam as mulheres em papéis tradicionais de género, como os de mãe, esposa e com corpos e belezas padronizados. Estes papéis não são representativos dos papéis que as mulheres desempenham na sociedade. As mulheres raramente são encontradas a desempenhar atividades fora de casa, especialmente a nível profissional e muito raramente são retratadas em situações fora de casa sem estar acompanhadas de um homem (Goffman, 1979). Em vez disso, elas são retratadas a ser “protegidas” por algum membro do género masculino. O sistema ideológico dos meios de comunicação parece contribuir decisivamente para a criação de uma imagem estereotipada das mulheres, mostrando alguns estudos que a representação da mulher veiculada pelos meios de comunicação tem vindo a confiná-la, nas últimas décadas, aos tradicionais papéis ligados à maternidade, ao lar ou à beleza e ao sexo (Kang, 1997; Mota-Ribeiro, 2005). Estas imagens vinculadas pelos meios de comunicação social parecem transmitir uma construção do feminino que restringe as mulheres a determinados papéis, deixando os restantes para os homens.

Tem sido discutida a questão da invisibilidade da Mulher nos meios de comunicação social. No entanto, o próprio movimento feminista tem reconhecido que as mulheres são representadas e tornadas visíveis quotidianamente na cultura dominante, mas a sua preocupação é a de analisar e desconstruir o modo como essas representações produzem e despertam significados e fazem circular ideologias acerca do que é e do que deve ser a mulher. Os estudos realizados recentemente nesta área não apontam para grandes alterações na forma como a mulher tem sido representada nos últimos anos, existindo apenas lentas alterações. Isto pode levar-nos a concluir que apenas têm existido mudanças superficiais ao nível cultural, enquanto os fundamentos ideológicos permanecem iguais. Assim, as imagens transmitidas pelos meios de comunicação poderão estar “agarradas” a uma ideologia persistente, que mostra as mulheres não necessariamente como elas se comportam, mas como a sociedade pretende que elas se comportem (Goffman, 1979; Kang, 1997; Mota-Ribeiro, 2005; Pinto-Coelho, 2010).

Em geral, as representações das mulheres muito raramente rompem com as definições tradicionais de feminilidade ou alteram as desigualdades na construção do género. Apenas em certos contextos, como a arte, a literatura ou as revistas feministas, os modelos do feminino apresentados tentam deliberadamente ser o “oposto” de uma ideia de feminilidade que domina quase todos os meios massivos de divulgação de mensagens. A influência e o poder deste tipo de manifestações ficam-se por um círculo fechado e bem determinado de mulheres, sendo a sua visibilidade bastante reduzida (Mota-Ribeiro, 2005).

A publicidade, as belas-artes, a fotografia, o cinema, as revistas femininas, a televisão, enquanto contextos de produção de feminilidade, colocam a questão de compreender como eles próprios trabalham para definir o que se entende como “feminino” e como poderão ser alterados, de modo a permitir a exploração de novas formas através das quais a mulher possa produzir e assumir o controlo da sua própria representação e dos discursos culturais acerca de si.

A publicidade tem tido o papel de destaque em vários estudos (Goffman, 1979; Kang, 1997; Mota-Ribeiro, 2005; Pinto-Coelho, 2010) que mostram a relação entre os anúncios publicitários e a construção social do género e da diferença sexual (Goffman, 1979), bem como o papel da ideologia nas imagens publicitárias.

Um dos estudos de maior relevo na área do género e da publicidade foi feito por Erving Goffman. Em 1979, Goffman apresentou o seu estudo “*Gender Advertisements*”,

onde descreve as diferenças entre as representações de homens e mulheres na publicidade. O autor observou que a publicidade mostra a mulher como infantil e passiva em relação ao homem. No seu trabalho, Goffman descreve seis dimensões que enfatizam as diferenças entre homens e mulheres: o tamanho, o toque feminino, a classificação funcional, a família, a ritualização da subordinação e a retração autorizada. (Goffman, 1979). Esta obra mostra que a publicidade, assim como as imagens, em geral, contêm mais mensagens do que aquelas que observamos conscientemente. Nos anúncios, geralmente os homens são apresentados como mais altos e maiores do que as mulheres. Nas situações em que as mulheres são apresentadas como mais altas do que os homens, geralmente, isso indica que elas se encontram numa posição ou estatuto social mais elevado. Outra das dimensões apontadas pelo autor é o “toque feminino”: Segundo o autor, parece que os homens tendem a agarrar os objetos, a possuí-los. Contudo, no caso das mulheres, estas apenas os “tocam de forma gentil e suave”. Já no que respeita às tarefas que homens e mulheres aparecem a desempenhar nas publicidades, eles tendem a ser representados em papéis de liderança ou como executores, contrariamente às mulheres, que, geralmente, são apresentadas em posições secundárias. Nos casos em que os homens são apresentados a desempenhar “papéis femininos”, geralmente, isso serve para afirmar que não são “verdadeiros homens”. Do mesmo modo, a relação próxima entre mãe e filha e entre pai e filho são mais vezes representadas do que as relações entre mãe e filho e pai e filha. Contudo, a relação entre pai e filho é apresentada de forma mais distante e menos emocional do que a relação entre mãe e filha. A tendência para as mulheres serem apresentadas em posições de menor relevância está também presente numa forma de ritualização da subordinação: as mulheres são apresentadas de forma mais frequente em posições literalmente mais baixas do que os homens. A título de exemplo, se o homem se apresentar sentado numa cadeira, a mulher apresenta-se sentada no chão. Para além disso, as mulheres são muitas vezes encontradas a desempenhar um papel submisso e agindo de forma menos séria, frequentemente protegidas por um homem, segurando-se no seu braço, ou sendo protegidas contra o seu corpo. Finalmente, a retração autorizada refere-se à forma como parece que as mulheres, nos anúncios, parecem retirar-se das situações em que estão presentes. As mulheres apresentam-se completamente distantes da situação presente e presentes num outro lugar situado na sua própria mente. As mulheres são encontradas a esconder-se de si mesmas, atrás de objetos e retirando-se da situação. Este tipo de posicionamento cria um sentimento de distância, ausência e também pode criar a impressão de que a mulher não está a desempenhar um papel ativo

na imagem, mas antes um de decoração, como se se tratasse de um ornamento (Goffman, 1979; Mota-Ribeiro, 2005).

3.2. A desigualdade de género nos meios de comunicação social

O desporto, como importante fenómeno social que reflete e reforça valores sociais exerce, mas também sofre uma grande influência sobre/dos meios de comunicação social. Os meios de comunicação social, ao destacar certos eventos desportivos, dão a sua própria interpretação dos acontecimentos. Isto significa que a informação sofre uma transformação. Como sublinham Hargreaves (1991: 156) e Eitzen e Sage (1993: 274), os meios de comunicação social não se limitam a relatar o que se passa ou passou num evento desportivo – constroem os eventos e apresentam-nos de acordo com uma certa interpretação. Ao efetuar essa reinterpretação, os meios de comunicação social estão a contribuir para a formação e transmissão de novos valores e de novas opiniões. Estão a moldar as perceções, os comportamentos, as atitudes e os sentimentos dos indivíduos. É neste contexto que podemos afirmar que os meios de comunicação social também podem ser agentes de mudança social. Contudo, tal nem sempre se verifica, principalmente no que diz respeito ao género, visto que continuam a reproduzir a ideia de que o desporto é uma área essencialmente masculina.

Segundo Hargreaves (1991: 140) apesar de a percentagem de mulheres envolvidas em práticas desportivas ter aumentado, a visibilidade e a cobertura do desporto feminino por parte dos meios de comunicação social são ainda pequenas quando comparadas com o desporto masculino. No âmbito desportivo, os meios de comunicação social, ainda que de um modo subtil, continuam a reproduzir divisões e hierarquias de género. Segundo a autora (idem) os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão e a imprensa escrita, dedicam mais tempo e espaço ao desporto masculino do que ao feminino, isto é, continua a existir uma tendência para o desporto masculino ser alvo de maior destaque. Embora atualmente exista um elevado número de mulheres envolvidas na prática desportiva, os meios de comunicação social continuam a mostrar o desporto como uma área essencialmente masculina (idem).

A questão do desporto feminino e da menor atenção que lhe é dedicada por parte dos meios de comunicação social quando comparado com o desporto masculino não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. Além de dedicarem menos tempo e menos espaço ao desporto feminino do que ao desporto masculino, nem sempre tratam as atletas do mesmo modo que os atletas. Estudos realizados em diversos países apontam para o facto de o desporto feminino, assim como a atleta, serem marginalizados, trivializados e objetificados. Quer em termos fotográficos, quer no tipo de linguagem utilizada, as mulheres atletas não são analisadas apenas em função dos seus desempenhos desportivos. Segundo Duncan *et al.* (1994: 257), as fotografias de mulheres atletas, de um modo geral, dão uma grande ênfase à sua aparência física: a atleta é muitas vezes fotografada em posições mais ousadas, mais submissas e também a exibir emoções, nomeadamente, o choro. Relativamente à linguagem utilizada surgem, por vezes, comentários que reforçam a desigualdade de género. Isto é, muitos dos comentários, para além de se referirem às habilidades físicas das atletas fazem, ainda, referência à aparência física e à graciosidade das desportistas. É também prática comum salientar o papel de esposa, de mãe ou de namorada das atletas.

Ainda que, atualmente, os comentadores e os repórteres estejam mais atentos e conscientes relativamente ao tipo de linguagem que devem utilizar quando se referem às atletas, Hargreaves (1991) e Duncan *et al.* (1994) referem ser ainda frequente a mulher atleta ser analisada e julgada pelos meios de comunicação social em função da sua capacidade de se conformar à feminilidade dominante. A atleta que não se enquadrar nesse ideal arrisca-se a ser alvo de fortes críticas, nomeadamente a adquirir uma imagem sexual pejorativa. Em suma, a pequena quantidade de notícias relativas ao desporto feminino, a forma como as mulheres atletas são fotografadas, assim como a linguagem utilizada para as referir, são fatores que refletem e reforçam a desigualdade de género (Duncan *et al.*, 1994).

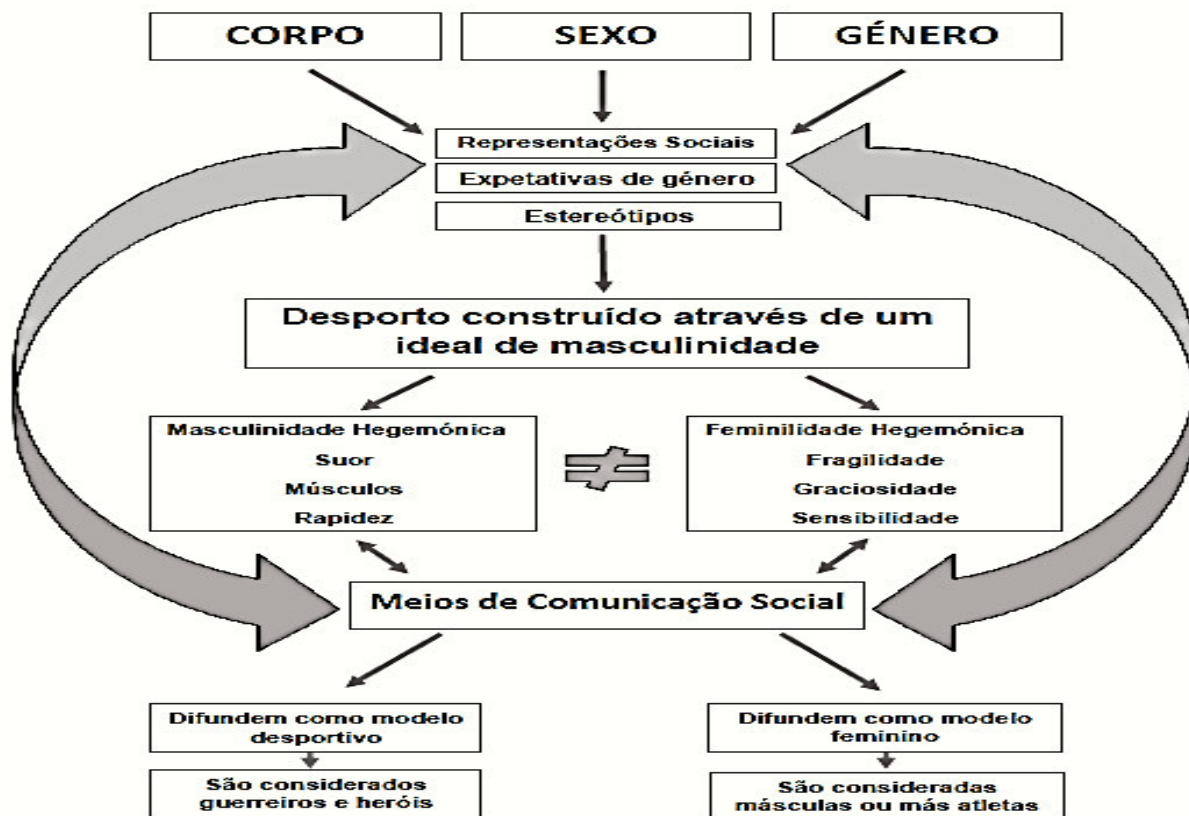
Capítulo 4. Metodologia

O objetivo desta investigação era ver como é que as mulheres que praticam desporto são representadas nos meios de comunicação, focando-se a nossa pesquisa nos jornais desportivos “O Jogo” e “Record”. Outro dos objetivos era perceber se o desporto masculino continua a ser alvo de maior atenção por parte dos meios de comunicação social, havendo, assim, uma marginalização do desporto feminino. Através destes objetivos, pretendíamos responder a três questões centrais na nossa pesquisa:

- O desporto masculino continua a ser alvo de maior destaque nos meios de comunicação social?
- Como é que as atletas são representadas nos meios de comunicação social?
- Os estereótipos de masculinidade e feminilidade continuam a ser visíveis nas publicações desportivas quando se trata de relatar os acontecimentos desportivos?

A Figura 1 ilustra as principais variáveis que compõem a modelo de análise seguido nesta investigação.

Figura 1. Modelo de Análise



Partimos do pressuposto de que os discursos e as imagens acerca de determinados objetos ou fenómenos se apresentam relevantes do ponto de vista sociológico, uma vez que traduzem a presença de certos valores e normas sociais e que, ao serem incorporados pelos indivíduos, influenciam os seus comportamentos. Nesta linha de pensamento, defendemos que o discurso e as imagens difundidas pelos meios de comunicação social refletem e produzem tendências sociais e contribuem para a sedimentação de certas imagens do género, em geral, e do feminino, em particular. Esses discursos e imagens são, simultaneamente, fonte e produto de estereótipos de género carregados de expectativas culturais que não se apresentam “únicas e fixas”, mas antes, segundo Hall (2006), construídas pelos indivíduos de uma certa cultura. Assim, os membros dessa cultura partilham um conjunto de crenças, imagens e ideias que lhes permitem interpretar o mundo de uma forma singular. Neste contexto, os discursos e as imagens do feminino difundidas pelos meios de comunicação social, transmitem certos modelos de feminilidade, do que ela é e do seu significado, que merecem uma análise mais profunda.

O objetivo principal desta pesquisa visou perceber de que forma são representadas as mulheres que praticam desporto nos meios de comunicação social. Para o efeito, realizámos uma análise de conteúdo dos jornais desportivos “*Record*” e “*O Jogo*”. Estes jornais em particular, foram escolhidos por serem os jornais desportivos que, em Portugal, apresentam o maior número de vendas (Grupo Marktest, 2015). Pretendemos, nesta pesquisa, seguir um caminho metodológico que combinasse as vertentes qualitativa e quantitativa, usando como técnica principal a análise de conteúdo de recortes da imprensa escrita.

Esta pesquisa é um estudo de caso. Os estudos de caso qualitativos proporcionam um melhor entendimento sobre assuntos complexos e podem adicionar informação valiosa àquilo que já sabemos. Este método facilita a exploração de um fenómeno no seu contexto (Becker, 1994), podendo ser usado para fornecer descrições, testar teorias ou, até, gerar teorias novas.

Yin (1993) identificou alguns tipos de estudos de caso, nomeadamente, de carácter exploratório, explanatório ou descritivo. De acordo com o autor, um estudo de caso explanatório consiste numa interpretação precisa de factos de um caso, alguma atenção a explicações alternativas e numa conclusão baseada numa explicação que se apresente

congruente em relação aos factos (idem). É nesta modalidade de estudo de caso que esta pesquisa se baseia.

Os dados recolhidos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, que consiste numa interpretação sistemática de textos e imagens (Bardin, 1997). A ideia principal da análise de conteúdo é ordenar o conteúdo dos textos e das imagens em categorias, que podem ser analisadas de modo qualitativo e/ou quantitativo. Segundo Bardin (1997: 31), a análise de conteúdo “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. O conteúdo quantitativo foca-se mais na frequência e na determinação de padrões e dos seus resultados que, geralmente, levam a informações estatísticas. Os dados são, geralmente, deduzidos e usados em testes de hipóteses. O conteúdo de cariz qualitativo foca-se nas características e nos significados contextuais dos textos e das imagens. São de cariz indutivo e focam-se na análise de tópicos ou temas, assim como nas inferências produzidas a partir deles (idem: 97).

Bardin (1997) organiza a análise de conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase de pré-análise, organizámos o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Aqui tratámos da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (1) leitura flutuante, durante a qual estabelecemos um primeiro contacto com os documentos recolhidos e começámos a conhecer o texto; (2) escolha dos documentos, que consistiu na demarcação do que seria analisado, que, no nosso caso particular foram as edições dos jornais compreendidas entre os dias 3 e 22 de agosto, período em que decorreram os Jogos Olímpicos; (3) formulação das hipóteses e dos objetivos; (4) referenciação dos índices e elaboração de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos em análise. A exploração do material constituiu a segunda fase, durante a qual explorámos o material, definimos as nossas categorias de análise (sistemas de codificação) e identificámos as unidades de registo (a unidade de significação a codificar correspondeu ao segmento de conteúdo considerado como unidade base, apontando à categorização e à contagem frequencial) e as unidades de contexto (a unidade de compreensão para codificar a unidade de registo que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registo). A exploração do material foi uma etapa fundamental, que consistiu

na descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual recolhido) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. A codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (*idem*). A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta etapa, fizemos o tratamento dos resultados, com a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Passámos, de seguida, para o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (*idem*).

Uma vez que o nosso objetivo principal era analisar a forma como a mulher que pratica desporto profissional é representada pelos meios de comunicação social pareceu-nos pertinente recolher o material empírico durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 que tiveram lugar no Brasil, entre 5 e 21 de agosto de 2016. A escolha deste evento, em particular, partiu do facto de, em termos desportivos, os Jogos Olímpicos serem o evento com maior cobertura mediática e com maior expressão a nível mundial (Lorber, 1998). Estiveram presentes, neste evento, mais de dez mil atletas provenientes de mais de duzentos países, e foram vendidos mais de sete milhões de bilhetes, para além de uma cobertura mediática que chegou praticamente a todos os países do Mundo.

Numa primeira etapa, faremos a recolha do material empírico (imagens e reportagens) nos jornais desportivos “*Record*” e “O Jogo”, os mais vendidos em Portugal (Grupo Marktest, 2015), entre os dias 3 e 22 de agosto. Numa segunda etapa, fizemos a seleção do material a analisar. Apesar de os Jogos Olímpicos terem decorrido no período de 3 a 22 de agosto, a nossa análise de conteúdo não incidiu em todos estes dias. Depois da leitura e exploração do material, definimos que apenas os dias 8, 9, 10, 18 e 22 seriam alvo da nossa análise. A escolha deste dia assentou no facto de, em todos os outros dias, nas notícias que diziam respeito a atletas ou modalidades femininas, para além de se apresentarem de uma dimensão reduzida, as únicas categorias presentes eram a “modalidade”, “nacionalidade” e “resultados”. Como tal, os dias onde apenas estas três categorias estavam presentes não fizeram parte da nossa análise. Procuramos aqui perceber como a mulher atleta é representada pelos meios de comunicação social e que tipo de discursos relativos à identidade de género são difundidos por estes e se, de facto, existe um tratamento desigual entre atletas do sexo feminino e atletas do sexo masculino, analisamos os discursos presentes nos jornais através de uma análise temática do texto (Bardin, 1997).

Após a análise de estudos como os de Mota-Ribeiro e Pinto-Coelho (2005), que dizem respeito às imagens da mulher na imprensa portuguesa pareceu-nos que seria mais enriquecedor para o trabalho fazer um cruzamento entre a metodologia qualitativa e quantitativa. Neste sentido, numa terceira fase, focámo-nos na análise de imagens e notícias de homens e mulheres nos jornais desportivos com o intuito de comparar o número de imagens e notícias publicadas de atletas do sexo feminino relativamente ao número de imagens e notícias de atletas do sexo masculino, através da análise de frequências simples. Estes dados deram-nos mais informações relativamente a um dos objetivos propostos, pois pretendíamos saber se, de facto, nos meios de comunicação e, em especial na imprensa portuguesa, davam maior destaque aos desportos masculinos do que aos desportos femininos.

Capítulo 5. O género do desporto

Neste capítulo, mostramos de que modo as atletas são representadas nos meios de comunicação social a partir da análise de conteúdo de dois jornais desportivos: “O Jogo” e o “*Record*”. A análise foca-se nas notícias recolhidas nesses jornais no período compreendido entre 3 e 22 de agosto de 2016. Num primeiro momento, apresenta-se uma análise quantitativa do número de notícias e imagens publicadas nos jornais analisados. Pretendíamos saber em que medida as atletas e as modalidades femininas se encontravam pouco representadas, ou não, nos jornais impressos quando comparadas com a representação dos atletas e das modalidades masculinas.

Num segundo momento, apresentamos uma análise das principais categorias temáticas presentes nas notícias. Ao todo, foi possível identificar dez categorias: “nacionalidade”, “modalidade”, “resultados”, “sentimentos”, “identidade sexual”, “identidade de género”, “identidade desportiva”, “corpo”, “vida privada” e “expetativas futuras”. Apesar de terem sido criadas dez categorias, apenas as categorias “sentimentos”, “identidade de género”, “corpo” e “vida privada” serão alvo da nossa análise na medida em que são as mais relevantes para a nossa análise, tendo em vista os nossos objetivos de investigação. Apesar de não serem aqui foco da nossa análise, algumas dessas categorias foram, entretanto, essenciais para a criação de outras categorias e subcategorias.

A categoria “sentimentos” faz referência aos sentimentos relatados nas notícias, como é o caso da “felicidade”, do “nervosismo” ou do “orgulho”, entre outros. Contudo, apesar de serem vários os sentimentos presentes nos excertos das notícias, apenas o “choro” será alvo da nossa análise. A categoria “identidade de género” apresenta três subcategorias: “conteúdos da identidade de género”, “questionamento da identidade de género” e “desigualdades de género”. Nesta categoria, serão analisadas as referências a aspetos da identidade feminina e da feminilidade das atletas que, de certo modo, ilustram a presença da feminilidade hegemónica. Este aspeto faz ligação com a subcategoria seguinte, o “questionamento da identidade de género” das atletas. Neste segundo ponto, mostramos como a prática de certas modalidades ou a presença de certos atributos físicos parecem levar ao questionamento da identidade de género das atletas. A categoria “corpo” diz respeito a todos os excertos que aludem à aparência física das atletas, incluindo o peso, a idade e a beleza das mesmas. Por último, a categoria “vida privada” consiste na

análise das referências aos relacionamentos amorosos e familiares das atletas presentes nas notícias.

5.1. A representação dos atletas nos jornais “O Jogo” e “Record”

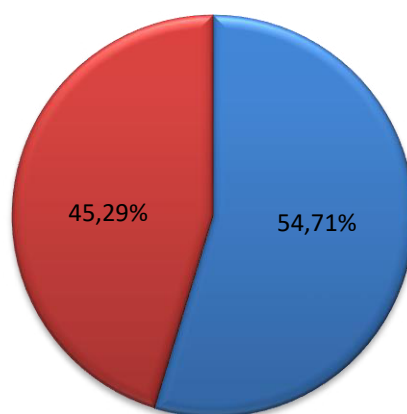
Para a nossa análise, foram recolhidas as notícias presentes nos jornais desportivos “O Jogo” e “Record”. Estas notícias foram recolhidas entre os dias 3 e 22 de agosto de 2016, período em que decorreram os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Apesar da data oficial dos Jogos Olímpicos ser entre os dias 5 e 21 de agosto estes, efetivamente, começaram no dia 3 desse mês, com a competição de futebol de 11, que, devido ao vasto número de equipas e às várias fases da prova, teve de ter início antes da data oficial de abertura dos Jogos para que a competição pudesse terminar na data prevista. A, ainda, das notícias de dia 22 de agosto justifica-se pelo facto de as notícias de dia 21 de agosto, dia do encerramento dos Jogos, apenas terem sido noticiadas no dia seguinte, dia 22 de agosto.

Uma vez que ambos os jornais tinham uma secção relativa aos Jogos Olímpicos, apenas essas notícias foram analisadas. Foram recolhidas 40 edições dos jornais, 20 relativas ao jornal “O Jogo” e 20 ao “Record”, num total de 1132 notícias. Este total inclui as “notícias femininas”, as “notícias masculinas” e “outras”. Nas categorias “notícias femininas” e “notícias masculinas” foram incluídos tanto os atletas nacionais, como os atletas internacionais. A categoria “outras” diz respeito às notícias que se encontram presentes na secção analisada, mas que fazem referência a acontecimentos relacionados com a organização dos Jogos e pequenos acontecimentos nos mesmos, mas que não dizem propriamente respeito aos atletas ou a uma modalidade específica.

Já foi referida, anteriormente, a importância dos Jogos Olímpicos em termos desportivos e também a dificuldade de as mulheres se conseguirem afirmar no campo desportivo. Note-se que, na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, a participação da mulher era ainda proibida (Pinheiro, 2002). Desde a primeira edição, em 1896, em Atenas, até à edição deste ano, a mulher percorreu um longo caminho na esfera desportiva. Segundo o Comité Olímpico Internacional (2016), a edição dos Jogos no Rio de Janeiro foi aquela que teve um maior número de atletas do sexo feminino. A participação feminina de 2016, passados 120 anos da primeira edição dos Jogos da Era

Moderna, chegou aos 45.29% (Gráfico 1.). Estiveram presentes nos Jogos deste ano 11 303 atletas, de mais de 200 países, distribuídos pelas 28 modalidades em prova. Os Jogos deste ano contaram com a participação de 5119 atletas do sexo feminino, o número mais elevado de sempre.

Gráfico 1. Percentagem de Atletas por Género nos Jogos Olímpicos 2016



■ Masculino ■ Feminino

Foi apenas em 1952, nos Jogos Olímpicos de Helsínquia, que Portugal apresentou, pela primeira vez, mulheres na comitiva olímpica, numa época em que a Mocidade Portuguesa defendia que as mulheres não deviam praticar “desportos prejudiciais à missão natural das mulheres”. Quarenta anos depois da primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos, Dália Cunha, Natália Cunha e Lurdes Amorim fizeram parte da primeira equipa olímpica feminina de Portugal e competiram na modalidade de “ginástica aplicada”, que atualmente se intitula “ginástica artística” (Pimentel, 2001).

Em 2016, estiveram presentes nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 92 atletas no total, 30 dos quais do sexo feminino e 62 do sexo masculino, fazendo com que a comitiva portuguesa tivesse uma participação de atletas do sexo feminino de 27.4% (COP, 2016). O número de atletas no sexo feminino dos Jogos de 2016 diminuiu relativamente aos Jogos Olímpicos de 2012. Nos Jogos Olímpicos de Londres, Portugal foi representado por uma comitiva composta por 42% de atletas do sexo feminino. Contudo, na última edição dos Jogos, o número de atletas do sexo feminino foi de apenas 32. Foi também nesta edição que o número de atletas do sexo masculino se apresentou relativamente menor, sendo Portugal representado por 44 atletas do sexo masculino

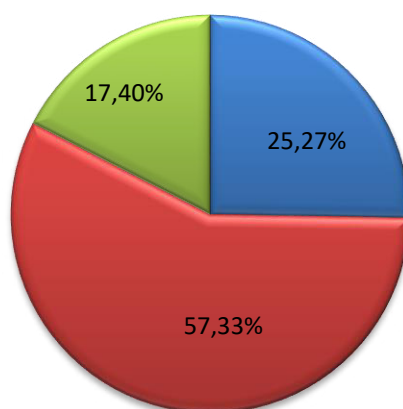
(idem). Contudo, desde a primeira participação de Portugal nos Jogos Olímpicos, as atletas do sexo feminino têm vindo a aumentar, ainda que de forma moderada. No que diz respeito à participação feminina nos Jogos, também se têm verificado aumentos em termos percentuais (Cruz, Silva e Gomes, 2013: 92).

Podemos afirmar, de certo modo, que a integração da mulher no meio desportivo se encontra num caminho positivo e com marcas de melhoria, uma vez que, ao analisarmos o número de atletas do sexo feminino presentes nos Jogos Olímpicos, parece correto dizer que estamos a caminhar no sentido da igualdade, pelo menos em termos numéricos. As atletas femininas presentes nos últimos Jogos apresentam uma percentagem superior a 45%, sendo esta a maior percentagem de atletas do sexo feminino presentes nos Jogos Olímpicos registada até hoje (COI, 2016). Contudo, apesar de estes números indicarem uma subida no número de atletas do sexo feminino a participar nos Jogos, será que podemos afirmar que esta subida, em termos percentuais, significa que as atletas femininas são tratadas de forma semelhante aos atletas do sexo masculino? Será que o aumento no número de atletas, por si só, significa que os meios de comunicação social passaram a dar um maior destaque e a dedicar um mais espaço às conquistas das atletas e às modalidades femininas?

Durante o período da análise, foram recolhidas 1132 notícias, sendo que 489 estão presentes no jornal “O Jogo” e 643 no jornal “*Record*” (tabelas em anexo 2. e 3.). À primeira vista, este número de notícias relativas parece ser bastante elevado. Contudo, parece-nos necessário referir que, apesar de os Jogos Olímpicos serem uma das competições mais importantes em termos desportivos (Cruz, Silva, Gomes, 2013: 18), os jornais portugueses continuam a dar maior destaque a notícias relacionadas com o futebol, uma vez que, mesmo no decurso dos Jogos Olímpicos, apenas uma média de 6 páginas por publicação (num total de cerca de 40 páginas) são dedicadas a esta competição.

Das 1132 notícias recolhidas, apenas 286 são relativas a modalidades ou atletas do sexo feminino, com uma percentagem de 25.27% relativamente ao total de notícias. No que se refere a atletas e modalidades do sexo masculino, esta percentagem sobe consideravelmente: 57.33% das notícias recolhidas na secção dedicada aos Jogos Olímpicos são referentes a modalidades ou atletas do sexo masculino (gráfico 2).

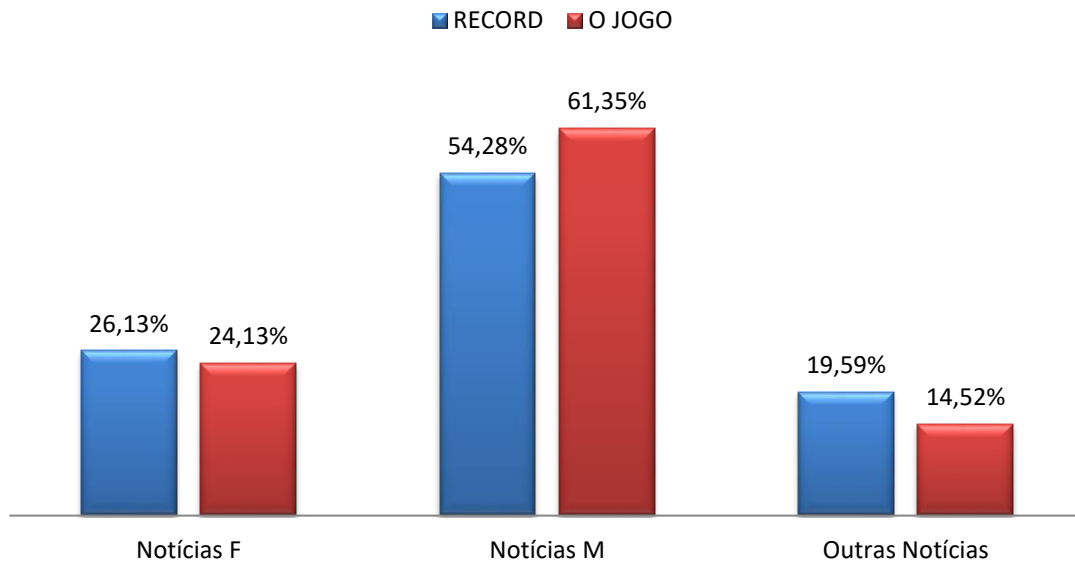
Gráfico 2. Percentagem Total de Notícias



■ Notícias F ■ Notícias M ■ Outras Notícias

Ao olharmos para as notícias por jornal, podemos observar que tanto no jornal “O Jogo”, como no “*Record*”, a percentagem de notícias acerca das atletas ou das modalidades femininas é cerca de metade relativamente às notícias de atletas ou modalidades masculinas. No jornal “*Record*”, a percentagem de notícias femininas é de 26.13%, comparada com a percentagem de notícias masculinas que se apresenta 54.28% do total de notícias. O mesmo sucede no jornal “O Jogo”, onde a percentagem de notícias referentes a atletas do sexo masculino é de 37.22%, superior às notícias referentes a atletas ou modalidades femininas, como se pode ver no gráfico 3.

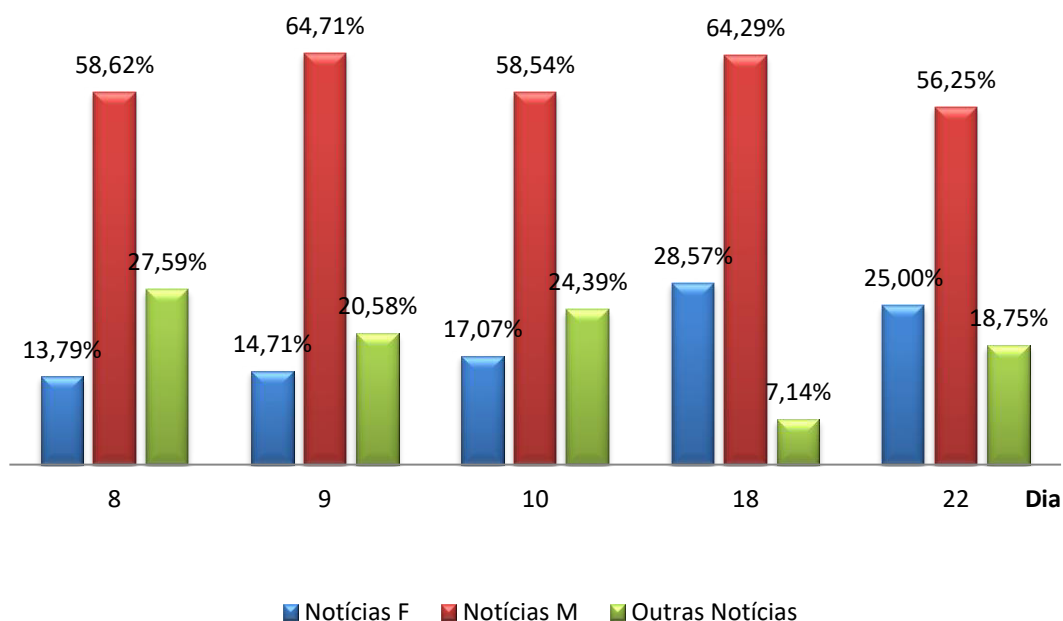
Gráfico 3. Percentagem de Notícias por Jornal



No que diz respeito às percentagens de notícias de atletas do sexo masculino e feminino referentes aos dias analisados, podemos observar a mesma superioridade percentual no que diz respeito a notícias referentes a atletas e modalidades do sexo masculino (gráfico 4.).

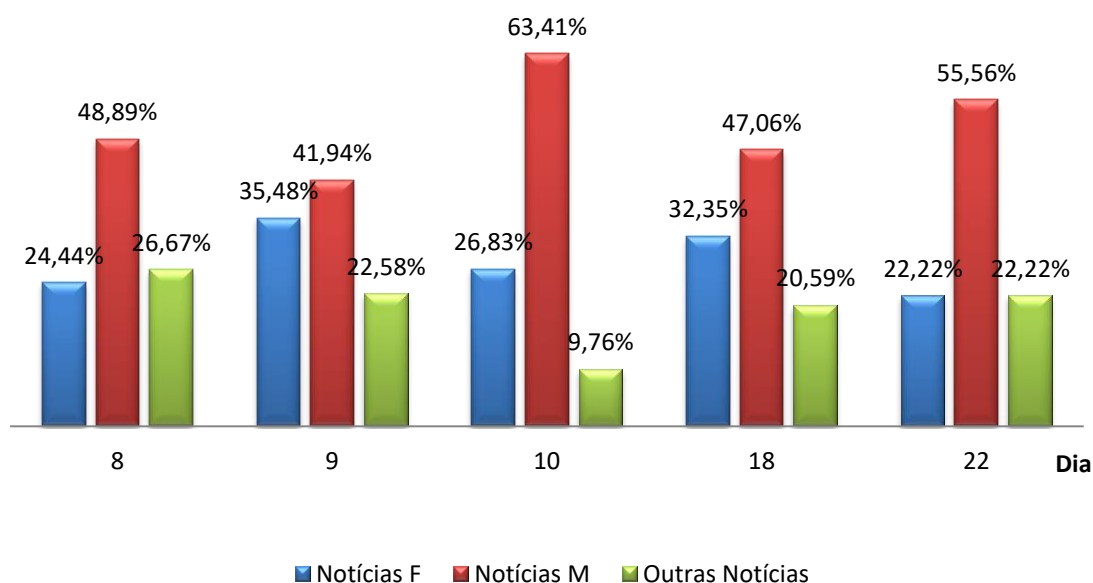
Os dias escolhidos para a nossa análise de conteúdo foram os dias 8, 9, 10, 18 e 22. Ao analisar as percentagens de notícias relativas aos Jogos Olímpicos no jornal “O Jogo” nesses dias, podemos observar a mesma tendência de inferioridade numérica no que diz respeito às modalidades ou atletas do sexo feminino. A percentagem mais elevada de notícias relativas a atletas do sexo feminino é de 28.57%, uma percentagem bastante reduzida quando comparada com os 64.71% de notícias referentes a atletas do sexo masculino. A percentagem de notícias relativas a atletas do sexo feminino nunca ultrapassa os 29%. No que diz respeito aos valores relativos aos atletas do sexo masculino, ela nunca é inferior a 56%. Assim, como podemos ver no gráfico 4., o espaço dedicado a atletas e modalidades femininas, mesmo nos dias em que a percentagem é a mais elevada (28.57%), nunca alcança o espaço dedicado aos atletas e modalidades do sexo masculino, mesmo no dia em que a percentagem de notícias referentes a estes tem o valor mais baixo (56.25%).

Gráfico 4. Percentagem de Notícias Dias Analisados – “O Jogo”



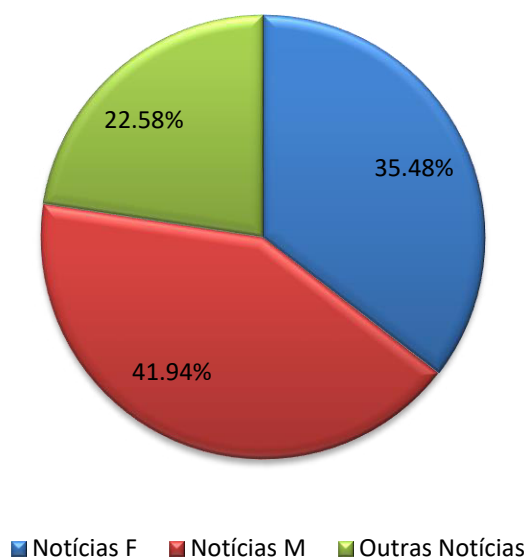
Relativamente ao jornal “Record”, podemos observar a mesma tendência verificada no jornal “O Jogo”. O número de notícias, nos dias analisados, referentes ao sexo feminino, na maioria dos dias, não representa nem metade das notícias dedicadas aos atletas ou modalidades do sexo masculino (gráfico 5.).

Gráfico 5. Percentagem de Notícias Dias Analisados – “Record”



Contudo, existe, neste jornal, uma exceção. No dia 9 de agosto, a percentagem de notícias referentes ao sexo feminino tem apenas uma diferença de 6.46% em relação às notícias referentes aos atletas do sexo feminino. Neste dia, apresenta-se a menor diferença entre percentagens de notícias por género, sendo que as notícias do sexo masculino contam com uma percentagem de 41.94% e as notícias referentes ao sexo feminino representam 35.48%, como podemos observar no gráfico 6. Uma das razões que apontamos para esta percentagem de notícias ser tão expressiva é o facto de, nesse dia, a atleta Telma Monteiro, judoca representante da comitiva portuguesa nos Jogos Olímpicos de 2016, ter conquistado a medalha de bronze na categoria de -52 kilos. Depois de analisarmos o jornal em questão, podemos observar que é dado um grande destaque à atleta, sendo mesmo capa do jornal “Record”, o que não acontece no jornal “O Jogo”, que, no mesmo dia, opta por ter como protagonista da capa do jornal uma nova contratação de um clube de futebol para a época seguinte.

Gráfico 6. Percentagem de Notícias Dia 9 de agosto – “Record”

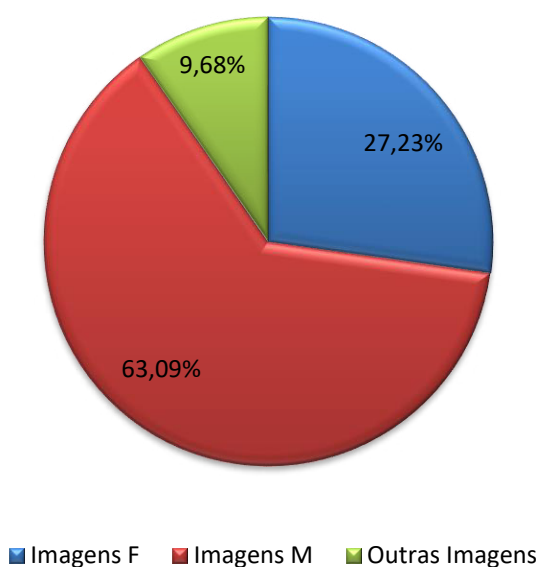


5.2. Análise das imagens: a representação dos atletas nos jornais “O Jogo” e “Record”

Para a nossa análise das imagens publicadas nos jornais selecionados, foram recolhidas todas as imagens presentes na secção referente aos Jogos Olímpicos. Estas imagens, assim como as notícias, foram divididas nas categorias “imagens femininas”, “imagens masculinas” e “outras”. Na categoria “outras” estão presentes todas as imagens que não se referem a atletas e também aquelas onde estão presentes fotos das comitivas, onde membros de ambos os sexos estão representados, incluindo tanto atletas, como membros da organização.

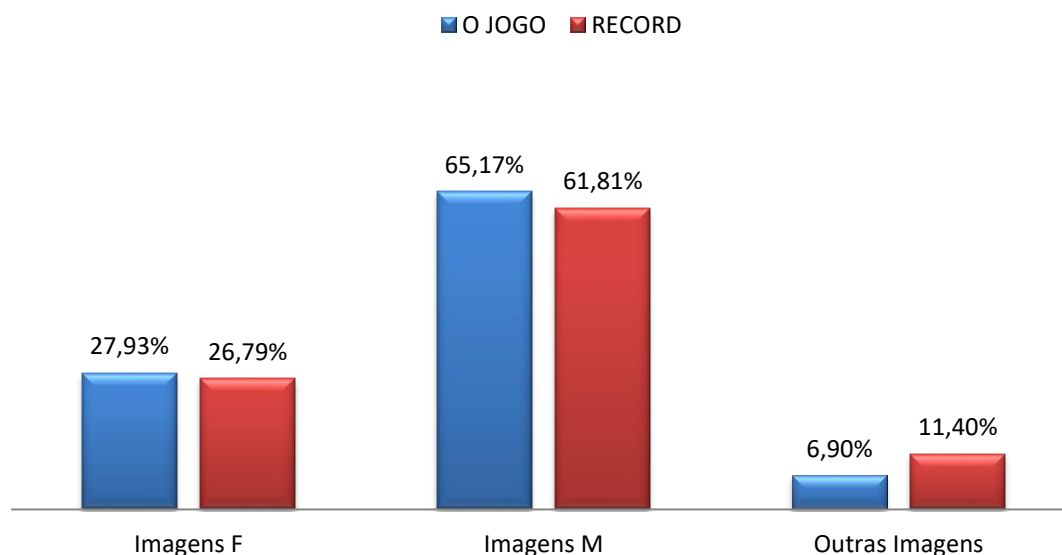
No total, recolhemos 764 imagens nos jornais analisados, sendo que 290 se encontram presentes no jornal “O Jogo” e 474 imagens no jornal “Record” (tabela em anexo 2. e 3.). Das 764 imagens recolhidas, em apenas 208 estão representadas atletas do sexo feminino. A representação de atletas do sexo feminino corresponde a apenas 27.23% das imagens, uma percentagem bastante reduzida quando comparada com a representação masculina que é de 63.09% das imagens, como se pode ver no gráfico 7.

Gráfico 7. Percentagem Total de Imagens



Quando observamos a percentagem de imagens de atletas masculinos e femininos por jornal, podemos observar que as percentagens são bastante semelhantes. No jornal “O Jogo”, a percentagem de notícias referentes a atletas ou modalidades do sexo feminino é de 27.93%, comparada com a percentagem no jornal “Record” que se apresenta 26.79% de imagens de atletas do sexo feminino. Relativamente às imagens que noticiam atletas e modalidades do sexo masculino, ambos os jornais apresentam uma percentagem superior a 60%, mais do dobro das imagens referentes ao sexo feminino (gráfico 8.).

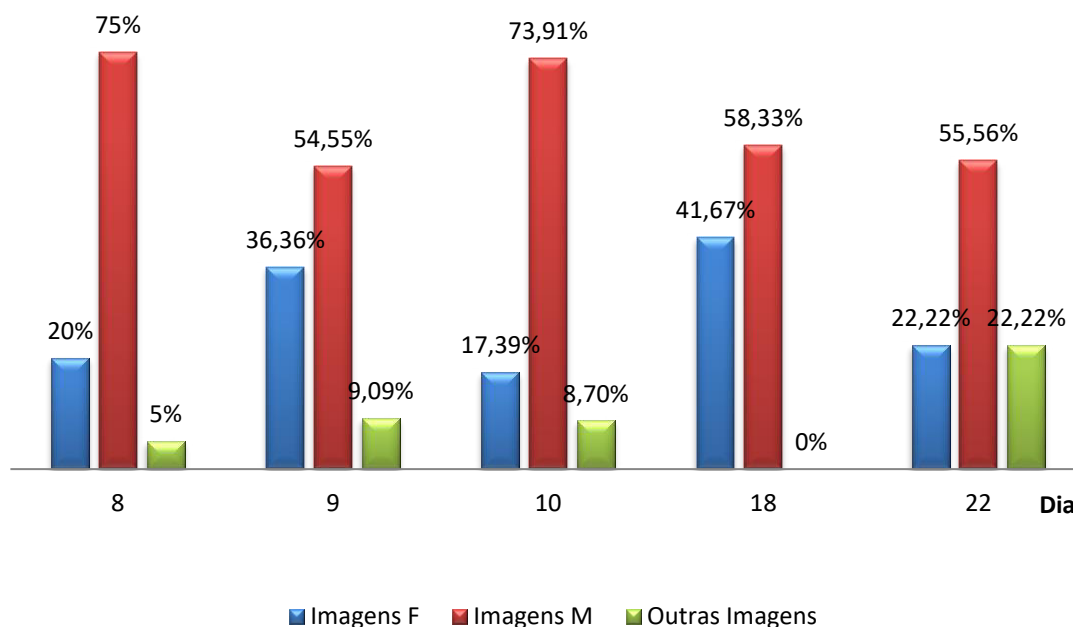
Gráfico 8. Percentagem de Imagens por Jornal



Como já foi referido, para a nossa análise de conteúdo, foram escolhidos os dias 8, 9, 10, 18 e 22. No gráfico 9., podemos observar as percentagens de imagens referentes a cada sexo no jornal “O Jogo”, sendo possível verificar a supremacia dos atletas masculinos no que diz respeito à presença nas imagens presentes neste jornal. No dia 8 de agosto, a percentagem de imagens de atletas masculinos presentes neste jornal é de 75%, comparada com a percentagem feminina, que se apresenta de 20%, três vezes menos do que a percentagem masculina. Ao observar o gráfico 9, constatamos que as imagens referentes a atletas e modalidades do sexo masculino nunca são inferiores a 54%. Contrariamente a esta percentagem, as imagens de atletas ou modalidades do sexo feminino nunca se apresentam superiores a 42%. Assim como nas notícias, também as

imagens onde atletas ou modalidades do sexo masculino são protagonistas apresentam percentagens bastante superiores.

Gráfico 9. Percentagem de Imagens Dias Analisados – “O Jogo”



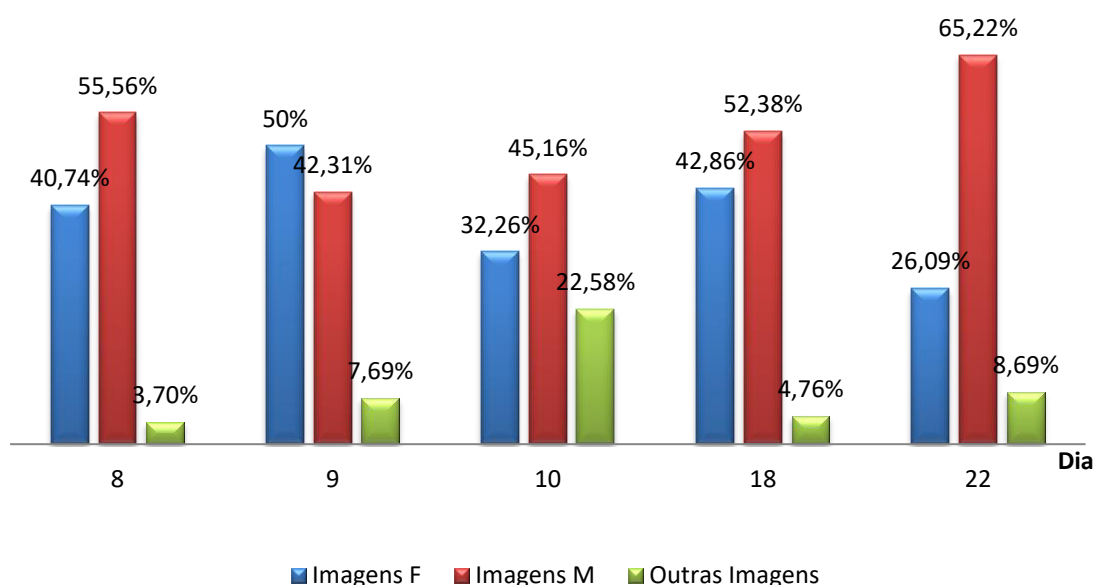
O único dia em que a percentagem de notícias se encontra mais equilibrada é o dia 18 de agosto, em que a diferença percentual entre imagens de atletas ou modalidades do sexo feminino e do sexo masculino é de 16.66%.

Ao olharmos para o gráfico 9, o dia 22 de agosto chama também a atenção uma vez que, neste dia, a percentagem de imagens referentes a atletas ou modalidades do sexo feminino é exatamente a mesma do que a da categoria “outras imagens”. Uma das razões que podemos apontar para a percentagem de imagens relativas à categoria “outras imagens” ser tão elevada neste dia é o facto de no dia 21 de agosto ter decorrido a cerimónia de encerramento dos Jogos Olímpicos. Assim, à primeira vista, não parece estranho esta categoria ter sofrido um aumento em termos percentuais, uma vez que foram publicadas inúmeras imagens referentes à cerimónia que tinham como protagonistas chefes de Estado, membros da organização dos Jogos Olímpicos, entre outras. Contudo, apesar de ser compreensível o aumento percentual das imagens presentes na categoria “outras imagens”, a percentagem de notícias relativas a atletas ou modalidades do sexo masculino não se alterou relativamente aos outros dias, permanecendo numa percentagem superior a 50%. Assim, podemos afirmar, relativamente a este dia em específico, que, apesar de o jornal ter dado destaque a outro tipo de notícias que não as modalidades

propriamente ditas, o espaço designado aos atletas ou modalidades do sexo masculino não sofreu alteração.

Relativamente ao jornal “*Record*”, podemos observar a mesma tendência verificada no jornal “O Jogo”. A percentagem de imagens, nos dias analisados, referentes ao sexo feminino, na maioria dos dias, apresenta-se inferior à das imagens dedicadas aos atletas ou modalidades do sexo masculino (gráfico 10.). Contudo, no jornal “*Record*”, estas percentagens não se apresentam tão distantes. A maior diferença de percentagens registada entre os atletas e modalidades do sexo feminino e do masculino é de 39.19% no jornal “*Record*”. Já no jornal “O Jogo”, a diferença percentual entre imagens chega aos 55%. Com exceção do dia 9 de agosto (que iremos analisar de seguida), a diferença percentual não ultrapassa os 16% neste jornal, enquanto no jornal “O Jogo” 16.66% é a menor diferença percentual registada.

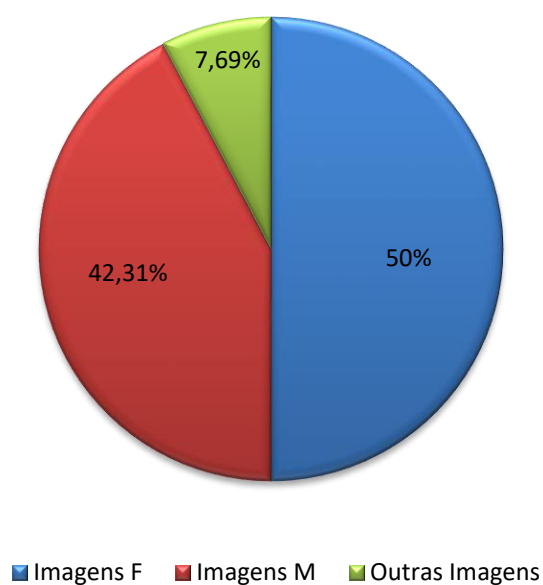
Gráfico 10. Percentagem de Imagens Dias Analisados – “*Record*”



Apesar de até agora se ter registado uma superioridade percentual, tanto de notícias como de imagens, de atletas ou modalidades do sexo masculino, foi possível observar que, no dia 9 de agosto, as imagens presentes no jornal “*Record*” relativas a atletas ou modalidades do sexo feminino atingem uma percentagem de 50% (gráfico 11.). Esta é a percentagem mais elevada referente a atletas ou modalidades do sexo feminino

no que diz respeito tanto a imagens, como a notícias. Assim como se verificou na análise das percentagens das notícias, no dia 9 de agosto, foi dado um maior destaque a atletas ou modalidades do sexo feminino, sendo que, no caso das imagens, existe até um maior número de imagens de atletas do sexo feminino do que do sexo masculino. Como já foi referido, uma das razões que apontamos para esta “anomalia” é o facto de a atleta Telma Monteiro ter conquistado uma medalha nos Jogos Olímpicos, a única medalha de Portugal nesta participação.

Gráfico 11. Percentagem de Imagens Dia 9 de Agosto – “Record”



5.3. Sou atleta, sou mulher! Algum problema?

Apesar de o número de mulheres que praticam desporto ser cada vez maior (Pinto, 2003), não podemos negar que o seu acesso ao mundo desportivo se apresentou bastante tardio e que ainda é possível observar desigualdades no tratamento entre homens e mulheres que praticam desporto (Marivoet, 2002; Rubio, 2006). No que diz respeito aos Jogos Olímpicos, foco da nossa análise, a primeira participação oficial da mulher foi nos Jogos de 1900, em Paris, a 2.^a Edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Contudo, apesar de a participação da mulher ser permitida nessa 2.^a Edição dos Jogos, não podemos afirmar que a sua participação tenha decorrido em termos de igualdade relativamente aos homens, uma vez que, durante cerca de 100 anos, vários desportos – como o triplo salto, a esgrima, o polo aquático, entre outros – continuaram a não permitir a participação de mulheres (Rubio, 2006). Passado mais de um século da primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, seria de esperar que a desigualdade de género fosse cada vez menor “dentro de campo”, mas, apesar dos enormes avanços da mulher neste domínio, parece ainda haver alguma resistência em considerar atletas homens e mulheres como igualmente capazes no que diz respeito à prática desportiva (Hargreaves, 1991; Rubio, 2006; Pinto, 2003).

Através da análise das notícias presentes nos jornais desportivos foi possível observar inúmeras referências que dizem respeito não à qualidade desportiva das atletas, mas antes à sua identidade de género. Um aspeto bem visível na análise é o facto de os meios de comunicação social se referirem inúmeras vezes às atletas como “mulheres”, assumindo, assim, que, primeiramente, as atletas possuem uma identidade feminina e apenas depois uma identidade de atletas. Isto é bem visível em várias notícias, sendo que uma delas se intitula mesmo “Mulheres”. Estas “mulheres” não são aqui consideradas atletas, não são mulheres que se destacaram nas suas modalidades, ou mulheres mencionadas pelos seus recordes pessoais. São, antes, mulheres que foram vítimas de violência sexual. Contudo, quando se trata dos atletas, eles são referidos precisamente dessa forma – “dois atletas” por exemplo, e não homens que “foram detidos por tentativas de violência sexual” (“Mulheres”, *O Jogo*, 10 agosto 2016, p. 14, linhas 8-10). É aqui bem visível uma desigualdade de tratamento quando se falamos do sexo masculino e do sexo feminino. As atletas são as “mulheres” que foram vítimas de um crime, sendo o desporto uma arena de “guerreiros” (Cruz, Silva e Gomes, 2013: 12), de seres fortes, rápidos

e com condições físicas fora do normal, onde não existe espaço para vítimas. Assim, as mulheres surgem como vítimas, enquanto os homens, apesar de agressores, continuam a ser considerados “guerreiros”.

A atleta continua, assim, a ser marginalizada, trivializada, objetificada (Duncan, 1993) e descrita pelos meios de comunicação social de acordo com o modelo dominante de feminilidade, como se pode observar neste excerto: “mas tudo isso ficou para trás... se fosse gente, Minas (Gerais) seria mulher, maternal, sorridente e boa quituqueira, que é como se diz com mão para o tempero” (“Mulheres”, *O Jogo*, 10 agosto 2016, p. 14, linhas 34-40). O autor faz referência a Minas Gerais como se fosse uma mulher, maternal, sorridente e boa cozinheira. Nas palavras do autor da notícia, podemos observar uma imagem padrão da identidade feminina. Esta identidade feminina referida pelo autor é interiorizada desde muito cedo através da interação social e da troca de significados simbólicos, neste caso, relativos às mulheres e ao que significa ser mulher. A identidade interiorizada e vivida pelos indivíduos do sexo feminino está intimamente ligada àquilo que uma sociedade acredita que uma mulher deve ser, a um saber comum que serve para antecipar as ações dos membros do sexo feminino de uma sociedade, para interpretar acontecimentos e situações que os envolvem, as representações sociais do feminino. Estas representações são partilhadas e reproduzidas de forma coletiva no processo de interação, sendo interiorizadas pelo grupo de indivíduos ao qual se referem. Deste modo, a identidade feminina terá tendência incorporar crenças face ao feminino, de representações e de estereótipos, uma vez que é criada numa sociedade que produz ideias e valores acerca do que significa ser mulher, esta cria expectativas e determina comportamentos socialmente aceites para o feminino.

Assim, para o autor, é perfeitamente “natural” referir a mulher como mãe e cozinheira, alienando-se completamente do contexto. Apesar de estar a noticiar uma prova desportiva, no seu entendimento, as mulheres parecem corresponder, em primeiro lugar, a uma certa definição da identidade feminina e só depois vem a sua identidade como atleta. O mesmo se sucede numa outra notícia: “Casamento de Hosszu dá ouro e recorde” (“Casamento de Hosszu dá ouro e recorde”, *Record*, 8 de agosto de 2016, p. 26). À primeira vista, poderíamos pensar que o casamento de Hosszu faria parte de alguma das modalidades presentes nos Jogos, mas não. Hosszu é uma nadadora da seleção húngara que conquistou a medalha de ouro nesta edição dos Jogos e conseguiu, ainda, bater o recorde mundial nos 400 metros estilos. Contudo, segundo a notícia apresentada,

foi o marido da atleta que “teve arte e talento para mudar a mente da companheira” (“Casamento de Hosszu dá ouro e recorde”, *Record*, 8 de agosto de 2016, p. 26, linhas 20-21). Ainda segundo a mesma notícia, a atleta, com um total de dez medalhas em competições mundiais, depois de um desapontante quarto lugar nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, “decidiu mudar de vida. Casou com o norte-americano Shane Tusup... e os resultados já estão à vista e no Rio de Janeiro a húngara já deixou a sua marca: primeira medalha de ouro e logo com recorde mundial” (“Casamento de Hosszu dá ouro e recorde”, *Record*, 8 de agosto de 2016, p. 26, linhas 17-24).

Assim, tal como a notícia anteriormente citada descreve a mulher como maternal e “com mão para o tempero”, aqui, a nadadora vê a sua identidade e o seu desempenho associados ao casamento e à presença de um marido/homem. A referência à vida privada da atleta, em particular ao seu casamento, sugere que o seu estado civil também deva ser referido como parte da sua identidade. No mesmo sentido da notícia anterior, é dado destaque a outros assuntos que não os que se esperaria que fossem o foco da notícia. Esperar-se-ia que o destaque fosse para o desempenho da atleta, o seu recorde mundial, os seus feitos desportivos, que, diga-se de passagem, não se apresentam assim tão banais. Esta notícia, em particular, foi alvo de um intenso mediatismo. Imensos vídeos e fotos circularam por todo o tipo de redes sociais e plataformas de informação, mas o protagonista desses, mais uma vez, não foi Hosszu, mas o seu marido (figura 2.). Ao analisarmos a edição em linha do jornal “O Jogo”, deparamo-nos com vários vídeos de Shane Tusup, marido da atleta, podendo ler-se que “Shane Tusup dá espetáculo fora da piscina cada vez que a mulher entra em competição” (“Shane Tusup dá espetáculo fora da piscina cada vez que a mulher entra em competição”, *O Jogo*, 17 de agosto de 2016). Apesar de várias imagens e vídeos de Tusup a torcer euforicamente por Hosszu, ou, como esta é referida inúmeras vezes no jornal, “a mulher”, não foi possível encontrar imagens ou vídeos da atleta em competição. É, pois, bem visível, nestes casos, o papel secundário atribuído às atletas e a relevância atribuída ao seu papel de esposas.

Figura 2.“Casamento de Hosszu dá ouro e recorde” – “Record”, 8 de agosto



Já escrevemos aqui acerca de algumas dimensões da identidade feminina que são disseminados pelos meios de comunicação social, como é o caso da mulher no seu papel de esposa e dona de casa. Um outro aspeto da identidade feminina que está, muitas vezes, presente nos meios de comunicação social é a referência ao “choro”. A atleta é frequentemente fotografada e mencionada nos meios de comunicação social a “não conseguir controlar as lágrimas” ou a demonstrar a sua “mágoa feminina através do choro” (“Um segundo fatal e as lágrimas de Joana”, *Record*, 8 de agosto de 2016, p. 8, linhas 16-25). Ao sexo feminino são atribuídas “qualidades” como a fragilidade, a delicadeza e a submissão. Com a entrada das mulheres nas práticas desportivas, estes aspetos considerados imutáveis são rompidos e opõem-se às expectativas sociais. Porém, segundo Simões (2000), é por referência a esses aspetos que os meios de comunicação social tentam, de certo modo, normalizar a imagem da mulher que pratica desporto. O facto de as mulheres fazerem parte do meio desportivo rompe com a feminilidade hegemónica. Sobretudo quando praticam certas modalidades, especialmente as de luta, as atletas contrariam uma imagem feminina tida como “natural”. Ao serem fotografadas e mencionadas nas notícias a chorar, os meios de comunicação repõem, assim, um certo equilíbrio na ordem de género.

5.4. A Mítica Lésbica vs a Bela Musa

Mas a que se deve esse tratamento desigual e a dificuldade de a mulher se integrar plenamente no mundo desportivo? Segundo autores como Hargreaves (1993), essa dificuldade deve-se ao facto de o desporto ter sido culturalmente construído de acordo com o paradigma da masculinidade. As diferenças biológicas entre homens e mulheres podem conduzir a desempenhos desiguais, no entanto, não explicam as evoluções divergentes nas escolhas e atitudes sobre as práticas desportivas. Guttmann (1991) considera que existem algumas diferenças físicas e psicológicas entre homens e mulheres que permitem que os primeiros obtenham melhores desempenhos nalguns desportos. Contudo, o problema encontra-se sobretudo nas construções sociais de masculinidade e feminidade que caracterizam a mulher como frágil e o homem como forte como se estas qualidades fossem inatas ou biológicas.

Quando falamos de género e desporto, encontra-se sempre subjacente o corpo, uma vez que o desporto implica o uso deste e o género é corpóreo. O corpo não é apenas a manifestação de um ser sexuado, ele contribui para moldar a identidade de género e é ajustado às noções de feminidade e masculinidade dominantes (Silva, 2006). Esta não é uma questão de sexo, mas antes de género. Giddens (2004) afirma que a ordem de género atribui papéis sociais e identidades diferentes a homens e mulheres, tornando-se num fator de estruturação das oportunidades de vida e influenciando os papéis que os indivíduos podem vir a desenvolver nas diversas instituições sociais.

Ao analisar as práticas e os espetáculos desportivos, podemos afirmar que estes foram culturalmente construídos segundo um ideal de masculinidade (Silva, 2006) em que a superioridade intelectual e a força se apresentam como símbolos de virilidade (Marivoet, 2002). No imaginário social coletivo, as conquistas desportivas estão fortemente associadas à velocidade, à força, à resistência e à competição, ou seja, à masculinidade hegemónica (figura 3.). Esta estreita ligação entre desporto e masculinidade advém de um determinismo biológico que relaciona a masculinidade com o homem e o homem com o desporto. Mas este tipo de suposições acarreta uma série de determinismos sociais que fazem com que os homens que não se encontram dentro da esfera do desporto possam ser considerados efeminados ou homossexuais e, por sua vez, que as mulheres que o fazem possam ser vistas como másculas ou lésbicas (Cahn, 1989). Este tipo de estereótipos dificulta a prática de atividades que não se apresentem como

“características” do género do indivíduo com receio de ser excluído socialmente e rotulado no que diz respeito à sua sexualidade. A disposição feminina para a atividade desportiva é, em especial, limitada pela ideia de que certas modalidades podem comprometer a sua feminilidade, resultando em agressividade e “excesso” de músculos. O esforço físico, o suor, os músculos e os gestos agressivos do corpo caracterizam as práticas desportivas, mas opõem-se à feminilidade normativa que é caracterizada por gestos que se pretendem suaves, delicados, controlados e passivos (Maguire, 2002). Neste sentido, manifestações do corpo feminino que impliquem força, determinação, ousadia e atividade podem ser problemáticos do ponto de vista sociocultural.

Figura 3. “O Rio foi deles” – “O Jogo”, 23 de agosto



Neste sentido, quando a mulher que pratica desporto se tenta afirmar como atleta e inserir no meio desportivo depara-se com dois problemas. Quando tenta corresponder aos ideais desportivos que, supostamente são apenas características de homens, pode ver a sua identidade de género e até sexual questionada, uma vez que os seus comportamentos e gestos não estão de acordo com o esperado. Se, caso contrário, opta por adotar uma postura dita “mais feminina”, não desenvolvendo tanto a sua musculatura, tendo certos cuidados com o corpo e valorizando a sua sensualidade, acaba por poder ser retratada nos meios de comunicação social como uma má atleta ou, então, por ser destacada apenas pela sua beleza (figura 4.) e não pelas suas qualidades como atleta. Isto contribui para a

“coisificação” da mulher e para a sua transformação num produto da sua própria condição física (Pinto-Coelho, 2010; Goellner, 2008; Mota-Ribeiro (2005).

Figura 4. “Está quentinho no Rio e a culpa é destas beldades” – “Record”, 18 de agosto



A cobertura mediática dos desportos femininos frequentemente tenta enfatizar as características físicas “femininas” em vez das suas habilidades atléticas e dos seus feitos desportivos. Ao focar-se nos atributos de género das atletas, estas são apresentadas como objetos sexuais, deixando de ser vistas como atletas legítimas e passando a ser vistas como inferiores aos homens uma vez que o corpo dos homens é visto como forte e poderoso, enquanto o corpo das mulheres é visto como sexual (Lorber, 1993). Ao fazer afirmações como “provavelmente nem diria que se tratava de uma atleta” ou “as meninas não descaram a aparência e a maquilhagem faz parte do aquecimento” (“Pormenores”, *Record*, 9 de agosto de 2016, p. 24, linhas 3-4.), os meios de comunicação social difundem uma certa imagem das mulheres/atletas. Existe aqui uma tentativa de compensar o facto de praticarem desporto e a “masculinidade” associada a essa prática realçando certos traços da feminilidade como se forma de nos “descansar”, demonstrando que essas mulheres se encontram num mundo de homens, mas, mesmo assim, continuam a ser mulheres, continuam a não descurar a sua feminilidade. Deste modo, os meios de comunicação acabam por reforçar a posição subalterna das mulheres no desporto (Messner, 2002; Connell, 1987) e a reforçar e legitimar poder de dominação masculina (Duncan e Jensen, 1993).

Contudo, quando as atletas optam por desenvolver a sua prática desportiva, trabalhar o seu corpo e ingressar em modalidades como o boxe, o futebol e o basquetebol, existe uma rutura com as noções de fragilidade, delicadeza e beleza representadas consideradas atributos próprios do feminino e, conseqüentemente, das mulheres. A aparência musculada, além de romper com as representações historicamente produzidas e socialmente partilhadas do feminino, ainda produz novas representações, baralhando e confundindo antigas e novas referências acerca do corpo das mulheres (Jaeger, 2009). Ao romper com a feminilidade hegemónica, a atleta “vê a sua feminilidade ser colocada em causa de forma humilhante” (“Cabeça erguida depois da maior humilhação”, *Record*, 12 de agosto de 2016, p. 24, linhas 12-13), uma vez que, segundo os meios de comunicação social, quando as atletas não mostram graciosidade, fragilidade e beleza (padrões socialmente impostos) “não seria(m) mulher(es), tal o desenvolvimento muscular e o peito raso” (“800 metros de que género”, *Record*, 22 de agosto de 2016, p. 23, linhas 47-48).

A referência ao “peito raso” é bastante importante e apresenta-se como um dos aspetos mais mencionados nos meios de comunicação social. O “peito” apresenta-se como um dos principais atributos da mulher, sendo sinal não só da sua identidade como mulher, como também aspeto fulcral na sua feminilidade. Ao praticar desporto, especialmente se esta prática se iniciar ainda em idades precoces, existe a possibilidade de essa característica física não se manifestar da mesma forma do que numa mulher que não pratique desporto. Contudo, isso não acontece, necessariamente, apenas entre as atletas: os corpos desenvolvem-se de forma diferenciada e o facto de certas atletas terem “peito raso” não significa que não sejam mulheres, da mesma forma que uma mulher que tenha “o peito raso” não seja é, obrigatoriamente, uma atleta.

Os músculos, o peito raso, o suor, os equipamentos desportivos largos, entre outros, não se enquadram no que se considera ser feminino (figura 5.), fazendo com que as atletas sejam descritas nos meios de comunicação social como “o tal terceiro sexo” (“Os 800m ‘intersex’”, *O Jogo*, 18 de agosto de 2016, p. 34, linha 5).

Figura 5. “800m de que género” – “Record”, 22 de agosto



Este tipo de questionamentos e dúvidas sobre a identidade de género das atletas afeta não só as suas vidas pessoais, mas ainda mais as suas carreiras desportivas. A indústria desportiva gira em volta de patrocínios, grandes eventos desportivos, bilheteiras e mediatização das competições. Ser atleta de alta competição acarreta custos, horas em ginásios, inúmeras deslocações, equipamentos desportivos, entre outros, e o patrocínio de atletas é de extrema importância não só para estes, como também para os meios de comunicação social. Ao ser patrocinado, o atleta passa a fazer parte de um espetáculo e, como tal, a sua imagem passa a “pertencer” ao patrocinador. Como os meios de comunicação social são um meio fulcral de difusão da imagem dos atletas, quando esta é representada de forma negativa e pejorativa, a sua carreira é condicionada, uma vez que “as polémicas em que está envolvida afasta(m) treinadores, apoios e todo o tipo de patrocínios” (“Cabeça erguida depois da maior humilhação”, *Record*, 12 de agosto de 2016, p. 24, linhas 42-45). Se uma atleta é apenas visível nos meios de comunicação social por fatores considerados negativos, a imagem que passa para o público da atleta é negativa. Ao ser transmitida uma imagem negativa de uma atleta, os patrocinadores evitam associar-se a esta, prejudicando, assim, a sua carreira e, de certo modo, fazendo com que a sua visibilidade nos meios de comunicação social seja menor.

Assim, apesar de o número de atletas do sexo feminino ter aumentado, significativamente nos últimos anos, no que diz respeito a competições de alto renome e reconhecimento social, como é o caso dos Jogos Olímpicos, isso não significa necessariamente que a sua representação nos meios de comunicação social tenha acompanhado esse crescimento tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Ao olhar para as notícias presentes nos jornais desportivos, no nosso caso particular, “O Jogo” e “Record”, podemos afirmar as atletas do sexo feminino são ainda apresentadas segundo uma imagem que se associa ao género normativo e à feminilidade hegemónica. Os meios de comunicação parecem ainda ter dificuldade em considerar a mulher como atleta. Ao longo das notícias analisadas, esta é várias vezes referida como “mulher”, contrariamente aos atletas do sexo feminino, que são reconhecidos automaticamente como atletas.

Os meios de comunicação social parecem também mostrar uma tendência para referir certas qualidades corporais e sociais das atletas que se associam aos tradicionais papéis de género e que reforçam a dominação masculina. Os jornais desportivos, para além de darem especial atenção à vida privada das atletas, como é o caso dos seus relacionamentos amorosos, parecem dar muitas vezes mais atenção aos companheiros (homens) das atletas do que às mesmas. Verificamos que, quando dois atletas heterossexuais se encontram numa relação e ambos fazem parte do mundo desportivo, mesmo que o atleta do sexo masculino esteja a desempenhar um papel considerado secundário, como o de treinador, por exemplo, é dado a este um maior destaque. Neste tipo de notícias, apesar de ser a atleta do sexo feminino a competir e até a conquistar um certo estatuto como o de campeã, na modalidade em questão é dada grande ênfase à contribuição do parceiro, como se a glória da atleta não fosse possível sem a intervenção deste. Para além desta associação da atleta ao seu companheiro, é dado também destaque especial às atletas que tenham filhos (figura 6.). A maternidade é também entendida como aspeto fulcral da feminilidade e da identidade feminina (Lorber, 2003) e os meios de comunicação social fazem questão de referir esse aspeto tantas vezes quanto possível (Simões, 2000).

Figura 6. “Nicole Beck e sua filha, Sophie, beijam a medalha de ouro da competição do rúgbi feminino” – “O Jogo”, 17 de agosto



Associada à imagem de mulher, companheira e mãe, são inúmeras as referências ao corpo das atletas. Os meios de comunicação social enfatizam a boa forma física das atletas e o facto de serem magras, altas e com corpos definidos. São também apontados outros cuidados com o corpo e a imagem, como é o caso do uso de maquilhagem e a preocupação com o vestuário, destacando-se, até, “as atletas com mais estilo” e as “atletas mais *sexy* dos Jogos Olímpicos” como é referido no sítio do jornal “O Jogo” (“As atletas mais *sexy* dos Jogos Olímpicos, *O Jogo*, 3 de agosto de 2016)³. Esta tendência está relacionada com a origem social do desporto e a sua construção segundo modelos de masculinidade. O desporto ainda parece ser encarado como uma atividade para homens, homens que tenham músculos, força, rapidez e destreza (Marivoet, 2002), mas estes ideais não parecem ser compatíveis com o modelo de mulher noticiado nos meios de comunicação social. As atletas parecem afastar-se do modelo ideal de mulher e de feminilidade. Assim, estes dois modelos, o desportivo e o feminino, apresentam-se, de certo modo, contraditórios. Quando uma mulher pratica desporto, especialmente de alta competição, os meios de comunicação social tendem a enfatizar as qualidades ditas femininas da atleta, como se se tratasse de uma compensação, como se pretendessem anunciar que, apesar de aquelas mulheres estarem inseridas num meio considerado

³ O Jogo, disponível em: <https://goo.gl/tzMITi>.

masculino, não temos que nos preocupar com a sua feminilidade e que a suposta masculinização da mulher pelo desporto não é um facto.

A prática do desporto profissional exige, de facto, corpos fortes, corpos rápidos, indivíduos com excelentes capacidades físicas, muitas horas de trabalho e muito suor. Estas são condições necessárias para se ser atleta. Neste sentido, quando as mulheres se enquadram no modelo de atleta profissional, de atleta que apresenta músculos exaltados e “peito raso”, são severamente criticadas e vêem “a sua feminilidade ser colocada em causa de forma humilhante” (“Cabeça erguida depois da maior humilhação”, *Record*, 12 de agosto de 2016, p. 24, linhas 12-13). Ao estarem enquadradas no modelo definido como o de atleta, as atletas do sexo feminino afastam-se da feminilidade normativa porque esse modelo apenas é válido para o atleta do sexo masculino.

Conclusão

O presente trabalho propôs-se a analisar, em primeiro lugar, de que forma são representadas as mulheres que praticam desporto nos meios de comunicação social. Para tal, decidimos analisar as notícias publicadas nos jornais desportivos “O Jogo” e “Record” durante o período de realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Foram recolhidas para análise as notícias referentes a esta competição entre os dias 3 e 22 de agosto. Este período foi escolhido com o intuito de perceber se, mesmo durante uma competição onde o número de atletas do sexo feminino chegou aos 45% do total, traduzindo um certo equilíbrio entre atletas do sexo masculino e do sexo feminino, nos meios de comunicação social se verificava o mesmo equilíbrio nas notícias publicadas acerca de atletas do sexo feminino e do sexo masculino.

Depois de analisarmos o número de notícias publicadas nos jornais, observámos que apenas cerca de 17% destas tinham como protagonistas atletas ou modalidades do sexo feminino, comparado com os mais de 57% de notícias referentes a atletas ou modalidades do sexo masculino. Assim, se o número de atletas do sexo feminino a participar nos Jogos Olímpicos é cada vez maior, se existe um equilíbrio entre atletas do sexo masculino e feminino a participar nos Jogos, por que é que existe uma discrepância tão significativa no destaque dado aos atletas?

Apesar de o número de mulheres que pratica desporto ser cada vez maior, um dos motivos para desigualdade de tratamento entre atletas do sexo feminino e atletas do sexo masculino é o tardio acesso das mulheres ao mundo desportivo. No que diz respeito aos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, a mulher teve a sua participação negada durante mais de um século. Foi apenas na segunda edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1900, que estiveram presentes como atletas duas mulheres. Na Grécia Antiga, o motivo alegado para as mulheres casadas não participarem, nem assistirem, aos Jogos Olímpicos, era o de que o *stadium* se encontrava situado num local íngreme e de difícil acesso, que poderia causar-lhes problemas fisiológicos. Mas a que se deve esta proibição da mulher no que diz respeito à prática de atividades físicas? Segundo vários autores, o desporto foi moldado pelos princípios da masculinidade normativa. Para a prática desportiva, são necessários corpos fortes, rápidos, musculados e livres. Ora, estas características não fazem parte das definições dominantes de feminilidade, que descrevem a mulher como frágil, dócil e passiva. Estas representações do feminino acabam, assim, por tornar a

prática desportiva num problema para as mulheres, uma vez que o modelo do atleta não se apresenta compatível com a identidade feminina.

O domínio masculino no desporto e os papéis de género tradicionalmente reservados à mulher constituem dificuldades para a presença feminina na esfera desportiva. A participação da mulher no desporto, ainda hoje, é vista como uma ameaça à masculinidade e ao poder masculino, mas também ao próprio desporto e ao papel que ele desempenha na construção da masculinidade. No mesmo sentido, também a feminilidade normativa é colocada em causa quando uma mulher pratica desporto. A mulher que pratica desporto enfrenta, assim, a necessidade de romper barreiras assentes em pressupostos biologistas do género, que as consideram inferiores aos homens na prática desportiva.

Neste sentido, o que é que acontece quando a mulher rompe com essas barreiras de género? Quando a mulher se enquadra no ideal desportivo, com um corpo forte, rápido e capaz de suportar grandes cargas físicas, quando não apresenta uma postura frágil e dócil, passa a ser considerada como uma “verdadeira” atleta? Segundo diversos autores, o facto de a mulher praticar desporto e passar a enquadrar-se num ideal desportivo não a torna numa atleta automaticamente reconhecida como tal. O que se verifica, nestas situações, é um questionamento da sua identidade de género. Se, caso contrário, a mulher continua a enquadrar-se nos padrões dominantes de feminilidade, é a sua identidade como atleta que é questionada, sendo julgada, muitas vezes, pela sua beleza e não pelo seu desempenho desportivo. Em geral, tem sido notado que as representações das mulheres nos meios de comunicação social muito raramente rompem com as definições tradicionais de feminilidade ou alteram as desigualdades de género.

Também na nossa análise de conteúdo dos jornais desportivos pudemos observar as mesmas tendências. A atleta continua a ser marginalizada, trivializada, objetificada e descrita pelos meios de comunicação social de acordo com o modelo dominante de feminilidade. A cobertura mediática dos desportos femininos frequentemente tenta enfatizar as características físicas “femininas” em vez das suas habilidades atléticas e dos seus feitos desportivos. Ao focar-se nos atributos de género das atletas, estas são apresentadas como objetos sexuais, deixando de ser vistas como atletas legítimas e passando a ser vistas como inferiores aos homens, uma vez que o corpo dos homens é visto como forte e poderoso, enquanto o corpo das mulheres é visto como sexual. Ao fazer afirmações como “provavelmente nem diria que se tratava de uma atleta” ou “as meninas não descuram a aparência e a maquilhagem faz parte do aquecimento”

(“Pormenores”, *Record*, 9 de agosto de 2016, p. 24, linhas 3-4.), os meios de comunicação social difundem uma certa imagem das mulheres/atletas. Existe aqui uma tentativa de compensar o facto de praticarem desporto e a “masculinidade” associada a essa prática realçando certos traços da feminilidade como forma de nos “descansar”, demonstrando que essas mulheres se encontram num mundo de homens, mas, mesmo assim, continuam a ser mulheres, continuam a não descurar a sua feminilidade.

Contudo, podemos observar também que, quando as atletas optam por desenvolver a sua prática desportiva, trabalhar o seu corpo e ingressar em modalidades como o boxe, o futebol e o basquetebol, existe uma rutura com as noções de fragilidade, delicadeza e beleza consideradas atributos próprios do feminino e, conseqüentemente, das mulheres. A aparência musculada, além de romper com as representações historicamente produzidas e socialmente partilhadas do feminino, ainda produz novas representações, baralhando e confundindo antigas e novas referências acerca do corpo das mulheres. Ao romper com a feminilidade hegemónica, a atleta “vê a sua feminilidade ser colocada em causa de forma humilhante” (“Cabeça erguida depois da maior humilhação”, *Record*, 12 de agosto de 2016, p. 24, linhas 12-13), uma vez que, segundo os meios de comunicação social, quando as atletas não mostram graciosidade, fragilidade e beleza (padrões socialmente impostos) “não seria(m) mulher(es), tal o desenvolvimento muscular e o peito raso” (“800 metros de que género”, *Record*, 22 de agosto de 2016, p. 23, linhas 47-48).

Neste sentido, a mulher enfrenta sempre um duplo problema no que diz respeito à prática desportiva, o que nos leva a concluir que, apesar de cada vez mais mulheres praticarem desporto, apesar de as atletas a participarem em competições como os Jogos Olímpicos e terem atingido este ano a percentagem feminina mais alta de sempre, isso não significa, necessariamente, que os meios de comunicação social acompanhem esta tendência. Assim, as conclusões que podemos retirar depois da nossa análise, tanto quantitativa como qualitativa, é que a mulher atleta ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito à igualdade no campo desportivo. O facto de as mulheres terem um acesso mais facilitado ao meio desportivo, não significa que sejam tratadas de igual forma em comparação com os atletas do sexo masculino. Aliás, uma tendência recorrente na nossa análise foi a dificuldade dos meios de comunicação social se referirem às atletas como isso mesmo, atletas. Mesmo quando o fazem, existe sempre uma figura masculina a quem é dado um maior destaque, seja ao treinador ou ao companheiro.

Um facto curioso que observámos no decorrer da nossa análise foi o caso da atleta Telma Monteiro. Esta atleta conquistou a única medalha de Portugal nos Jogos Olímpicos de 2016 mas, mesmo assim, no dia seguinte a esta conquista, o jornal “O Jogo” deu destaque, na sua capa, a uma contratação de um jogador de futebol, que, aliás, já tinha sido referida na edição anterior do jornal. Com isto, podemos afirmar que as atletas ou modalidades do sexo feminino, no caso português e nos jornais analisados, são sub-representadas. Através do exemplo da atleta Telma Monteiro, entre outros referidos ao longo desta investigação, é possível afirmar que, independentemente das conquistas das atletas, a mulher ainda não é considerada uma verdadeira atleta. A mulher que pratica desporto, continua a ser colocada em segundo plano quando tem como treinador o seu companheiro e continua a ver “a sua feminilidade ser colocada em causa de forma humilhante” (“Cabeça erguida depois da maior humilhação”, *Record*, 12 de agosto de 2016, p. 24, linhas 12-13) quando investe no desporto de alta competição e desenvolve o seu corpo nesse sentido.

Ao longo desta pesquisa, foram várias as respostas obtidas, mas foram ainda mais as questões que nos surgiram. Um dos aspetos que não conseguimos explorar nesta pesquisa, especialmente devido falta questões de tempo, foram as imagens que acompanham as notícias nos jornais. No início desta investigação, pretendíamos analisar a forma como os atletas são representados em termos fotográficos. Ao longo da recolha de dados, tanto nos jornais impressos como nos seus sítios oficiais, deparámo-nos com várias imagens de atletas do sexo feminino que não se enquadravam na temática desportiva. As imagens das atletas mulheres publicadas nos jornais apresentam-nas, muitas vezes, em contextos de lazer e não durante os eventos desportivos em que participam. Tendo em conta a cobertura mediática dos Jogos, não nos parece que essas imagens em contextos de lazer sejam escolhidas devido à falta de imagens durante as competições. Assim, por que será que os editores dos jornais optam por estas e não por aquelas onde as atletas estão representadas como atletas? Uma outra questão que nos colocámos ao longo desta investigação, esta de cariz mais pessoal, está relacionada com a perceção das próprias atletas das suas identidades tanto de género, como sexuais. Até que ponto as atletas compreendem que, quando decidem praticar desporto, estão a entrar num mundo considerado masculino onde o facto de serem mulheres as coloca em segundo plano face aos seus colegas homens, independentemente das suas habilidades e capacidades atléticas? Até que ponto as atletas compreendem também que passarão a

fazer parte de um domínio onde, muitas vezes, a sua identidade sexual é questionada pelo simples facto de a sua indumentária não ser considerada “feminina”? Finalmente, será que a mulher, quando decide praticar desporto, tem noção do longo caminho que terá de percorrer para ser considerada só e apenas como atleta, que continua, afinal, a ser vista como alguém que “parece uma menina a jogar”?

Bibliografia

Monografias:

ANDERSEN, M. (1997). *Thinking About Women: Sociological Perspective on Sex and Gender*. Nova Iorque: Macmillan Publishing.

BARDIN, L. (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARTKY, S. (1998). *Foucault, Femininity, and the Modernization of Patriarchal Power*, In R. WEITZ (ed.), *The Politics of Women's Bodies: Sexuality, Appearance, and Behavior*. Oxford: Oxford University Press, pp. 25-45.

BEAUVOIR, S. (1975). *O segundo sexo (Vol. II): A experiência Vivida*. Lisboa: Bertrand.

BECKER, H. (1994). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec.

BORDO, S. (1993). *Unbearable Weight – Feminism, Western Culture and the Body*. Berkeley: University of California Press.

BOURDIEU, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.

BOURDIEU, P. (2011). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.

BRANDÃO, A. M. (2007). “E Se Tu Fosses Um Rapaz?” *Homo-erotismo Feminino e Construção Social da Identidade*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Braga, Universidade do Minho.

BUTLER, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge, Chapman & Hall.

CASTELLANI FILHO, L. (1997). *Esporte e mulher*. São Paulo: CEPEUSP/USP.

COAKLEY, J. (2001). *Sports and the media: could they survive without each other?*. Nova Iorque: Journal of Sport.

CONNELL, R. (1990). *An iron man: The body and some contradictions of hegemonic masculinity*. Champaign: Human Kinetics.

CRUZ, I., SILVA, P., GOMES, P. B. (2013). *Deusas e guerreiras dos Jogos Olímpicos*. Lisboa: Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

DUNCAN, M. *et al.* (1994). Gender Stereotyping in Televised Sports. In S. Birrell & C. Cole (ed.), *Women, Sport and Culture*, Wisconsin-Milwaukee, Human Kinetics, pp. 249-272.

- DUNNING, E. (1992). O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações, *A busca da excitação*, Lisboa: Difel, pp.339-412.
- DURKHEIM, É. (1996). *O Suicídio*. Lisboa: Editorial Presença.
- ELIAS, N. (1992). *A génese do desporto: um problema sociológico*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, N., DUNNING, E. (1992). *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- FOUCAULT, M. (1975). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- FREITAS, C. (2000). *O significado social do desporto nas classes sociais: uma análise do fenómeno*. Dissertação de doutoramento, Porto, Universidade do Porto.
- GIDDENS, A. (1997). *Sociology*. Cambridge: Policy Press.
- GOELLNER, S. (2003). *Bela, maternal e feminal: imagens da mulher na Revista de Educação Physica*. Ijuí: Unijuí.
- GOELLNER, S. (2003a). A produção cultural do corpo. In LOURO, G.; NECKEL, J.; GOELLNER, S. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, pp. 28-40.
- GOELLNER, S. (2005). Jogos Olímpicos e Desafios – Carruagens de fogo, In Victor Melo; Fábio Peres (Orgs.), *O Esporte vai ao Cinema*. Rio de Janeiro, Senac.
- GOFFMAN, E. (1979). *Gender Advertisements*. Nova Iorque: Harper and Row.
- GOFFMAN, E. (1999). A Hiper-ritualização da Feminilidade. *Os Momentos e os Seus Homens*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 154-189.
- GROSSI, M. (1998). *Identidade de Género e Sexualidade*. Florianópolis: UFSC.
- GUERRA, I. C. (2008). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HARGREAVES, J. (1994). *Sporting Females: Critical Issues in the History and Sociology of Women's Sports*. London: Routledge.
- KNIJNIK, J. (2001). *Ser é ser percebido: Uma radiografia da imagem corporal das atletas de handebol de alto nível*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- LIPOVETSKY, G. (2000). *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino*. Lisboa: Piaget.
- LIPPMANN, W. (1965). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.

- LOBER, J. (1998). Believing is Seeing: Biology as Ideology, In R. Weitz (ed.), *The Politics of Women's Bodies: Sexuality, Appearance, and Behavior*. Oxford: Oxford University Press, pp. 12-24.
- LOURO, G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MAGUIRE, J. (2002). *Sport worlds: a sociological perspective*. EUA: Human Kinetics.
- MARILLIER, B. (2000). *Jogos Olímpicos*. Lisboa: Hugin Editores.
- MIRAGAYA, A. (2002). A mulher olímpica: tradição versus inovação. In M. Turino & L. da Costa, *Coletânea de textos em estudos olímpicos*. vol. 1, Rio de Janeiro: UFSC, pp. 763-792.
- MOORE, K. (2003). Understanding sex and gender. In INGOLD, T. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, pp. 813-830.
- MOTA-RIBEIRO, S. (2005). *Retratos de mulher: Construções sociais e representações visuais do feminino*. Porto: Campo das Letras.
- MOURA, E. (2003). *As relações entre lazer, futebol e gênero*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Campinas.
- MOURÃO, L. (1998). *A representação da mulher brasileira na atividade física desportiva: da segregação à democratização*. Dissertação de Doutorado em Educação física, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho.
- NEVES, V. (2005). *A mulher no desporto do homem: rãguebi, o epicentro da hegemonia masculina no desporto*. Universidade do Porto, FCDEF.
- PEREIRA, L. (1984). *Esportes femininos ou os preconceitos. Mulher e esporte: um estudo sobre a influência dos agentes de socialização em atletas universitárias*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- PIMENTEL, I. F. (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- PINTO, C. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- RIAL, C. (2000). Rúgbi e judo: Esporte e masculinidade. In J. Pedro & M. Grossi, *Masculino feminino plural: Gênero na interdisciplinariedade*, São Paulo: Pioneira-Thompson, pp. 36-46.
- ROSE, G. (2001). *Visual methodologies*. Londres: Sage.

- SEMIN, G. R. (1989). Prototypes et Représentations Sociale, In D. Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, pp. 239-251.
- SIMÕES, A. (2000). *Mulher e esporte: Mitos e verdades*. São Paulo: Manole.
- STOLLER, R. (1968). *Sex and Gender*. New York: Science House.
- TSEËLON, E. (1995). *The Masque of Femininity*. Londres: Sage.
- WEITZ, R. (1998). A History of Women's Bodies, In R. Weitz, Rose (ed.), *The Politics of Women's Bodies: Sexuality, Appearance, and Behavior*. Oxford: Oxford University Press, pp. 3-11.
- WEITZ, R. (ed.) (1998). *The Politics of Women's Bodies: Sexuality, Appearance, and Behavior*. Oxford: Oxford University Press.
- WOLF, N. (1992). *The Beauty Myth*. Nova Iorque: Anchor Books.
- YIN, R.K. (1993). *Applications of case study research*. Newbury Park, CA: Sage Publishing.

Artigos:

- ADELMAN, M. (2003). Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina, *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, n.º 2, pp. 445-65.
- ALONSO, L. K. (2002). Máquina, Palco, Igreja: Corpo feminino e esportes. *Anais do III Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte – Mitos e Verdades*. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 64-66.
- CAHN, S. (1993). From the “muscle moll” to the “butch” ballplayer: mannishness, lesbianism, and homophobia in U.S. Women's sport, *Feminist studies*, vol. 19, n.º 2, pp. 41-65.
- CROSSMAN, J. *et al.* (1994). A Content Analysis of the Sports Section of Canada's National Newspaper with Respect to Gender and Professional/Amateur Status, *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 29, n.º 2, pp. 123-131.
- DCHULTZ, J. (2004). Discipline and Push-up: female bodies, femininity and sexuality in popular representations of sports, *Sociology of Sport Journal*, vol. 21, n.º 2, pp. 185-205.
- EITZEN, D.; SAGE, G. (1993). Sociology of North American Sport, *Journal of Sport Management*, pp. 273-295.

- GRIFFIN, P. (1992). Changing the game: homophobia, sexism, and lesbian in sport, *Quest*, vol. 44, n.º 2, pp. 251-265.
- HARGREAVES, J. (1991). Sport, Power and Culture. *Polity Press*, pp. 138-160.
- KANG, M. (1997). The Portrayal of Women's Images in Magazine Advertisements: Goffman's Gender Analysis Revisited, *Sex Roles*, vol. 37, n.º 11/12, pp. 979-995.
- KRANE, V., & BABER, H. (2012, abril 20), Lesbian experiences in sport: a social identity perspective, *Quest*, vol. 55, n.º 4, pp. 328-346.
- LOURO, G. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 25, n.º 2, p. 59-75.
- MARIVOET, S. (1998). Hábitos desportivos: valores sócio-culturais em mudança, *Actas do Congresso Mundial do Lazer*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 207-218.
- MARIVOET, S. (2002). Assimetrias e Afinidades de Género no Desporto, *Actas do Colóquio Internacional Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas* [Online], pp. 423-432, disponível: file:///E:/docs/DPR49f83c627ef5f_1.pdf [2014, março 4].
- MELLO, L. (2002). Meninos e meninas como reféns da sociedade sexista, *Revista de Motricidade* [Online], disponível: <http://www.castelobranco.br/prppg/revista/Textos/artigo/sexista.htm> [2014, junho 15].
- MUHLEN, J. (2010). Musos e Musas: a beleza dos atletas “rouba a cena” nos Jogos Olímpicos de Pequim, *Anais do Seminário Internacional Fazendo Género 9*. Florianópolis, Brasil.
- NEWTON, E. (1984). The mythic mannish lesbian: Radcliffe ball and the new woman, *Journal of women in culture and society*, vol. 9, n.º 4, pp. 217-263.
- PINHEIRO, C. (2002). A mulher e a prática desportiva durante o Estado Novo, *Revista Motricidade*, Rio de Janeiro, nº2, pp. 30-57.
- PINTO-COELHO, M. Z, MOTA-RIBEIRO, S. (2005). O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa, *IV SOPCOM*. Universidade de Aveiro, pp. 1941-1951.
- PINTO-COELHO, M. Z. (2009). A política de género na representação visual do VIH/SIDA: O caso dos jornais portugueses. *Média & Jornalismo*, vol.8, nº5, pp.103-125.
- PINTO-COELHO, Z., MOTA-RIBEIRO, S. (2005) (no prelo). Analisando os discursos de género das e sobre as imagens publicitárias de mulheres: como articular a análise sociosemiótica com a análise da recepção, *Actas do VII Congreso Internacional de*

Comunicación Lusófona, LUSOCOM, 21-22 Abril 2006, Santiago de Compostela, Espanha, [online], disponível: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5313/1/CoelhoZ_RibeiroS_discursimagemulheres_06.pdf [2015, março 4].

RUBIO, K. (2010). Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física*. São Paulo, vol. 1, nº 1, pp. 55-68.

SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº2, pp.71-99.

SILVA, S. (1999). O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades, *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, pp. 70-85.

STOELTING, S. (2011). Disclosure as an interaction: why lesbian athletes disclose their sexual identities in intercollegiate sport, *Journal of homosexuality*, vol. 58, n. 9, pp. 1187-1210.

Outra Documentação:

CABRAL, M. (2016, agosto 10). Mulheres. *O Jogo*: 14.

COMITÉ OLÍMPOCO DE PORTUGAL. (2016). Tabela de resumos de integrações PPO. [ONLINE], disponível: http://comiteolimpicoportugal.pt/wp-content/uploads/2013/12/Tabela_Resumo_Integracoes_Rio_2016_Set_2016.pdf [2016, setembro 18].

FERNANDES, A. M. (2016, agosto 22). 800 metros de que género. *Record*: 23.

GOMES, L. P. (2016, agosto 8). Um segundo fatal e as lágrimas de Joana. *Record*: 22.

GRUPO MARKTEST [ONLINE], disponível: <http://www.marktest.com/wap/pesquisa.aspx?what=jornais> [2016, fevereiro 15].

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2009). *Women in the Olympic Movement*. [Online], disponível: http://www.olympic.org/Documents/women_participation_figures_en.pdf [2016, junho 5].

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2009). *Women in the Olympic Movement*. [Online], disponível: http://www.olympic.org/Documents/women_participation_figures_en.pdf [2016, junho 5].

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2012). *5th IOC Conference on Women and Sport. Progress Report.* [Online], disponível: http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/women_and_sport/Progress_report-dead_sea-los_angeles_eng.pdf [2016, junho 7].

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2012). *Women in the Olympic Movement. Key Figures.* [Online], disponível: http://www.olympic.org/Documents/women_participation_London.pdf [2016, junho 9].

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. (2004). *The Olympic Games of Antiquity.* [Online], disponível: http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_850.pdf, updated July 2004 [2016, junho 10].

KIDD, B. (1994). *The Women's Olympic Games: Important Breakthrough Obscured By Time.* *Canadian Association* [Online], disponível: www.caaws.ca/e/milestones/women_history/olympic_games.cfm [2016, junho 5].

MORGADO, J. (2016, agosto 12). Cabeça erguida depois da maior humilhação. *Record: 24.*

O JOGO (2016). As atletas mais *sexy* dos Jogos Olímpicos, [ONLINE], disponível: <https://goo.gl/tzMITi>. [2016, agosto 3].

O JOGO (2016). Katinka Hosszu ganha quatro medalhas mas é o marido quem mais brilha, [ONLINE], disponível: <https://goo.gl/XctrP6> [2016, agosto 18].

QUEIROZ, M. (2016, agosto 18). Os 800m “intersex”. *O Jogo: 34.*

S/A. (2016, agosto 9). Pormenores. *Record: 24.*

SANTOS, N. (2016, agosto 8). Casamento de Hosszu dá ouro e recorde. *Record: 26.*

Anexos

Anexo 1. Lista de categorias e subcategorias de análise

Categoria Principal	Subcategorias
Nacionalidade	Identidade de pertença a um país
Modalidade	Desporto praticado
Resultados	Resultados obtidos em prova nos JO
Sentimentos	Nervosismo Choro/Lágrimas Orgulho/Glória Desilusão/Derrota Garra/Força Felicidade Amizade/apoio Cansaço
Identidade sexual	Homossexualidade
Identidade de Género	Conteúdos da identidade de género/estereótipos Questionamento da identidade de género Desigualdade de género
Identidade Desportiva	Fair-play Desigualdade entre desportos
Corpo	Idade Peso Aparência física
Vida privada	Relacionamentos amorosos Análise das Redes Sociais Família
Expetativas futuras	Expetativas relativamente à vida pessoal Expetativas relativamente à carreira

Anexo 2. Tabela de dados do Jornal “O Jogo”

“O Jogo”								
	Notícias				Imagens			
DIA	Notícias F	Notícias M	Outras Notícias	Total de Notícias	Imagens F	Imagens M	Outras Imagens	Total de Imagens
3	0	4	0	4	0	2	0	2
4	1	5	4	10	1	5	1	7
5	2	3	3	8	0	2	3	5
6	1	6	10	17	1	9	6	16
7	1	17	2	20	1	12	0	13
8	4	17	8	29	4	15	1	20
9	5	22	7	34	8	12	2	22
10	7	24	10	41	4	17	2	23
11	2	25	4	31	1	16	1	18
12	7	19	3	29	2	13	1	16
13	14	23	5	42	9	11	0	20
14	7	26	0	33	8	13	0	21
15	12	16	0	28	11	12	0	23
16	11	12	0	23	7	7	0	14
17	10	18	5	33	5	8	1	14
18	8	18	2	28	5	7	0	12
19	9	12	1	22	4	6	0	10
20	6	13	1	20	5	8	0	13
21	7	11	3	21	3	9	0	12
22	4	9	3	16	2	5	2	9
Total	118	300	71	489	81	189	20	290

Anexo 3. Tabela de dados do Jornal “*Record*”

<i>Record</i>								
	Notícias				Imagens			
DIA	Notícias F	Notícias M	Outras Notícias	Total de Notícias	Imagens F	Imagens M	Outras Imagens	Total de Imagens
3	3	13	7	23	3	14	3	20
4	6	22	2	30	4	18	3	25
5	7	19	15	41	2	19	2	23
6	7	25	17	49	5	26	16	47
7	8	20	9	37	5	17	4	26
8	11	22	12	45	11	15	1	27
9	11	13	7	31	13	11	2	26
10	11	26	4	41	10	14	7	31
11	8	28	7	43	5	20	6	31
12	11	18	9	38	7	12	1	20
13	12	9	4	25	13	8	0	21
14	12	16	4	32	7	12	1	20
15	8	13	4	25	5	11	0	16
16	9	19	2	30	3	19	0	22
17	5	13	2	20	3	13	4	20
18	11	16	7	34	9	11	1	21
19	8	14	3	25	6	13	1	20
20	9	13	2	24	7	11	0	18
21	5	15	3	23	3	14	0	17
22	6	15	6	27	6	15	2	23
Total	168	349	126	643	127	293	54	474